

(A)temporalidades Geométricas

Estudo para Inventário da Arquitetura
Déco Sertanejo no Centro Histórico de
Presidente Prudente - SP

Vanessa Cristina Alves da Cruz

(A) **temporalidades** **Geométricas**

Estudo para Inventário da Arquitetura
Déco Sertanejo no Centro Histórico de
Presidente Prudente - SP

Presidente Prudente, 2018

Vanessa Cristina Alves da Cruz

(A)temporalidades Geométricas: Inventário do Art Déco Sertanejo no Centro Histórico de Presidente Prudente - SP

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual Paulista (FCT - UNESP), Campus de Presidente Prudente.

Orientador: Prof. Me. Alfredo Zaia Nogueira Ramos

Presidente Prudente, 2018.

Trabalho Final de Graduação aprovado como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, pela UNESP de Presidente Prudente, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Ms. Alfredo Zaia Nogueira Ramos

Departamento de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
Universidade Estadual Paulista - UNESP Presidente Prudente

Banca: Prof^a. Dr^a. Paula Ferreira Vermeersch

Departamento de Geografia
Universidade Estadual Paulista - UNESP Presidente Prudente

Prof^a. Ms. Naiane Marcon da Silva

Departamento de Teoria e História
Universidade Paulista - UNIP Assis

Presidente Prudente, 11 de Dezembro de 2018.

Com amor e carinho
a minha mãe, Neusa,
a meu pai, Honorino e
ao meu irmão, Danilo.

“ O passado recente é o mais difícil de preservar;
não é suficientemente velho para ser valorizado
nem suficientemente novo para ser mantido”

Pietro Maria Bardi

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, obrigada orixás e entidades que fizeram esse caminho possível!

Obrigada família, pelo apoio em todos os momentos!

Agradeço as amigas incríveis que fiz nessa caminhada unespiana, principalmente, Renata Ninello, Bianca Ballaminut, Tarsila Schetini, Renata Monteiro, Ágata Abrão, Juliana Bacaro, Isabela Marcelo e Beatriz Fernandes.

A amizade e apoio da Bianca Marques, Camila dos Anjos e Amanda Rossini.

A família que a Umbanda me proporcionou na Austrália, principalmente, Fabio Verch, Juliana Proença, Kelly Oliveira e Gabriela Messina.

Aos grandes amigos que fiz na Austrália e dividiram momentos incríveis, principalmente, Camila Bottega, Raissa Luz, Matheus Oliveira, Simone Daneluz, Melissa Zanferari, Maria Izabel Munhoz, Vinicuis Gomes, Elisa Lazzaron, Nathan Maas, Anton Van Heerden e Summer.

Aos professores da Unesp, pelo conhecimento compartilhado, principalmente, Paula Vermeersch.

Ao orientador, Alfredo Ramos, por toda paciência, atenção, praticidade e conselhos.

Aos trabalhadores da Prefeitura de Presidente Prudente da Secretaria de Planejamento, Marcos e Kelly.

Ao squad, que o acaso me trouxe, pelo acolhimento e amizade, principalmente, Thainá Santos, Crislayne Marques, Aline Pacheco, Ian Camargo e Júlia Marchesin.

Aos amigos Carol Moraes, Vini Bonome, Jaqueline Bifon e Carlos Carvalho, por me trazerem leveza e compartilharem felicidade.

Ao meu grande amigo, Giovanni Barros, pela sua amizade e apoio.

Obrigada pelo apoio e amor incondicional dos amados, Neusa, Honorino e Danilo!

Agradeço a todos que fizeram parte dessa caminhada unespiana, que me proporcionaram a possibilidade de crescimento para chegar até aqui !

Obrigada!

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação II visa por desenvolvimento de um estudo para o inventário da Arquitetura Déco Sertanejo no Centro Histórico de Presidente Prudente - SP, propor diretrizes para promover o registro e preservação do patrimônio. Foram abordadas as perspectivas históricas abrangendo o panorama mundial e nacional. Foi desenvolvido o embasamento sobre o estilo arquitetônico e uma proposta de inventário. A metodologia foi realizada em seis etapas: delimitação do recorte físico, desenvolvimento imagético e delimitação temporal, proposição de fichas cadastrais dos imóveis e análise das mesmas e proposta final com diretrizes. Seguindo-se do desenvolvimento do inventário e findando com propostas e mapa cultural.

Palavras-chave: Inventário. Art Déco Sertanejo. Mapa Cultural. Oeste Paulista. Presidente Prudente - SP.

ABSTRACT

The following Final Thesis for Graduation II aim to develop a study to develop and inventory of Déco Sertanejo Architecture in the Centre Historical of Presidente Prudente - SP, proposing guidelines to promote heritage registration and preservation. The historical perspectives considered worldwide and national views. It was developed the theoretical basis regarding the architecture style and the inventory proposal. The methodology was developed in six steps: delimitation of physical boundaries, imagery development, temporal delimitation, proposal of registration sheets from buildings, their analysis and final proposals with guidelines. Following the inventory development and ending with guideline in the proposal and cultural map.

Keywords: Inventory. Art Déco Sertanejo. Cultural Map. Western Region of São Paulo. Presidente Prudente - SP.

SUMÁRIO

				76	Inventário				
14		52				110		130	
Apresentação		Metodologia				Propostas		Anexos	
Contextualização				16	Referências Bibliográficas				144
Histórico Político		Artístico Arquitetônica		Art Déco		Inventário			
17		20		24		44			
Aspectos Gerais		Brasil		Nordeste [sertanejo]		Presidente Prudente [história e arquitetura]			
24		28		30		36			



APRESENTAÇÃO

Devido à ausência de estudos sobre Arquitetura Déco Sertanejo na região de Presidente Prudente – SP, este Trabalho Final de Graduação II, numa proposta inédita, objetiva o desenvolvimento de propostas com o intuito de promover o registro e preservação patrimonial no centro histórico do município à partir da proposição de um inventário.

O inventário proposto visa registrar por meio de fichas cadastrais as características dos imóveis pertencentes ao estilo arquitetônico e analisar sua transformação em decorrer da temporalidade por meio da comparação do período passado com atual.

As propostas foram desenvolvidas baseadas na legislação da federação, estado e município. Além das cartas patrimoniais, considerando aspectos relevantes, tais quais, a região de centro histórico, educação patrimonial, o meio urbano, entre outros.

Sendo assim, foram criadas propostas e um mapa cultural que objetivam o registro e salvaguarda do patrimônio no município.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Histórico-Política

O momento histórico do século XX em questão, corresponde ao período entreguerras, mais precisamente, entre as décadas de 20 e 40, chamado “A Era da Catástrofe” por Hobsbawm (1995). Momento no qual todas as potências entram em guerra como nunca ocorrera. Sendo, contraditoriamente, uma fase de intenso avanço tecnológico e de retrocesso para a humanidade devido ao genocídio sistemático.

Na década de 20 - os intitulados “Anos Loucos”, temos a economia americana em situação mais estável, devido ao resultado da Primeira Grande Guerra, provendo assim o aumento do consumo de bens materiais, como demonstra Hobsbawm (1995). Mesmo antes do início da Guerra, o país estava em situação próspera, com sua economia fortificada baseada na indústria, produzindo em massa economicamente e, também, culturalmente, promovendo a cultura de massas.

Em contraposição aos países europeus, que tentavam se recuperar da devastação causada pela Primeira Guerra. Tendo as problemáticas sócio-econômicas no pós-guerra foram agigantadas.

Ao final dos anos 20, acabou-se o período de prosperidade econômica norte-americana, com a Quebra da Bolsa de Nova Iorque. O mundo encontrara-se numa das piores recessões nunca dantes vista na história e seus efeitos foram devastadores: vastas perdas econômicas, milhares de desempregados, segundo Hobsbawm (1995), a economia mundial cedia e não havia solução aparente. A Quebra da bolsa de Nova Iorque atingiu todos os países.

O efeito direto da quebra da economia na política foi a virada para direita, como aponta Hobsbawm (1995), na América Latina ocorreram dez golpes militares, enquanto na Ásia e também na Europa, grande parcela dos países se inclinaram para direita. Dessa forma, a recessão incitou a eclosão dos regimes totalitários baseados no Nacionalismo e levou a Segunda Guerra Mundial.

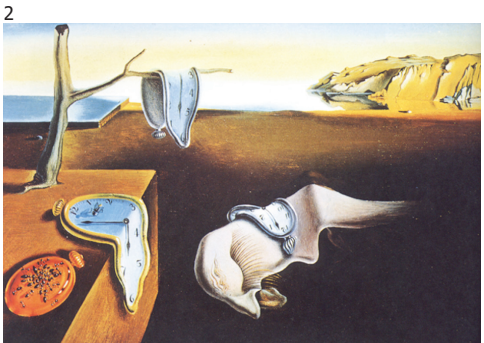
Enquanto no Brasil, na década de 20, haviam resquícios provenientes dos períodos de instabilidades, que se estendiam aos campos econômico, social e político. Levando a eclosão de inúmeras rebeliões, tanto civis, como militares. Tais Revoluções e Movimentos visavam como aponta Fausto (1995), a redução do poder oligárquico.

A Revolução de 30 foi um marco do período, caracterizada pelo rompimento da política do café-com-leite pelos paulistas. A eleição findou com a vitória de Júlio Prestes, porém o mesmo não assumiu devido ao Golpe de Militar que intituiu Getúlio Vargas como Chefe do Governo Provisório, terminando assim a República Velha do Brasil.

Nos anos 30, ocorreram duas das três fases da Era Vargas: o Governo Provisório (1930-1934), no qual os militares passaram a fazer parte do governo. Neste momento, ocorreu a Revolução Constitucionalista (1932), que assim como o próprio Governo, uniu distintos setores sociais, como aponta Fausto (1995), desde os cafeicultores, classe média até os industriais objetivando a constitucionalização do país. No Governo Constitucional (1934-1937), foi promulgada a Constituição de 1934.

A Era Vargas tem sua terceira e última fase - o Estado Novo - terminada nos anos 40 (1937-1945), de caráter autoritário, tendo sucumbido os movimentos populares e comunistas e, tendo aceitação e apoio da classes mais abastadas.

Artístico-Arquitetônica



O mundo expressou-se por meio de novos movimentos, durante as décadas de 20 e 40, tanto nas artes como na arquitetura. Sendo denominados em sua grande maioria como modernos, conceito que segundo Weimer (2010), representava a produção realizada na época atual, em acordo, Hobsbawm (1995), estressou a utilização do termo moderno de forma generalizada. Ansiando por mudanças devido aos avanços realizados na arquitetura, houve a transição dos termos de moderno para modernista para conceitualizar a arte desenvolvida por volta de 1914, como apontado por Weimer (2010). Em contrapartida, vanguardas produzidas no início do século XX também foram chamadas modernistas:

Na verdade, as únicas inovações formais depois de 1914 no mundo da vanguarda “estabelecida” parecem ter sido duas: o dadaísmo, que se transformou ou antecipou o surrealismo na metade ocidental da Europa, e o construtivismo soviético na oriental. (HOBBSAWM, 1995, p.144). (figuras 1 e 2)

Figuras (1): Exemplo de Obra do Dadaísmo - Fonte, Marcel Duchamp, 1917; (2): Exemplo de Obra do Surrealismo - A Persistência da Memória, Salvador Dali, 1931.

Fonte: Google Imagens, 2018.

Na década de 20, os movimentos artísticos Surrealismo e Dadaísmo surgiram, inseridos no contexto do Modernismo, iniciado no início do século XX. O Dadaísmo, segundo Hobsbawm (1995), recusava quaisquer expressões artísticas e, tomava para si características advindas de Vanguardas antecessoras, como o Futurismo e Cubismo. Similarmente, o Surrealismo repelia às expressões de arte contemporânea e contribuía, impactando devido a suas reações causadas por suas manifestações, sejam estas cômicas ou chocantes (Figuras 3 e 4).



O período foi marcado por avanços na indústria, campos tecnológicos, científicos e outros. De acordo com Hobsbawm (1995), houveram dois campos artísticos em destaque, os quais acompanharam as mudanças que ocorriam no mundo, o cinema mudo e francês e o jazz, nos quais temos, a Era do Jazz, protagonizada por negros americanos com ritmo dançante não-tradicional. Na arquitetura, e não apenas nela - como também, no design de interiores, design industrial, cinema, e em outros campos artísticos - destacou-se o Art Déco.

Figuras (3): Exemplo de Obra do Futurismo - Velocidade Abstrata e Ruído, Giacomo Balla, 1913 - 1914; (4): Exemplo de Obra do Cubismo - Guernica, Pablo Picasso, 1937.

Fonte: Google Imagens, 2018.



Simultaneamente, no Brasil, ocorria a Semana da Arte Moderna em 1922, no Teatro Municipal do Estado de São Paulo, evento de suma importância para as Artes Brasileiras, objetivando mostrar a qualidade da produção artística brasileira nos mais diversos campos criativos, como escultura, arquitetura, pintura, cinema, música, literatura. Alguns dos artistas que fizeram parte da Semana: Malfatti, Heitor Villa-Lobos, Tarsila do Amaral.



Na década de 30, devido ao avanço tecnológico, iniciou-se a chamada “Cultura de massas” com a difusão do rádio, cinema e música, transformando a forma como as pessoas vivam. O poder envolto na veiculação dos pronunciamentos do Presidente dos EUA no rádio, como enfatizado por Hobsbawm (1995), demonstrou o poder midiático envolto na possibilidade de expressar-se para milhões de pessoas, cravando o interesse de políticos e instituições de publicidade. O movimento Art Déco atingiu seu apogeu nos Estados Unidos, enquanto na Europa, entre 1935 e 1939, o movimento entrou em declínio. (figuras 5 e 6).

Figuras (5): Detalhe de Edifício Art Déco nos Estados Unidos. Chrysler Building, William Van Alen, 1928 - 1930; (6): Edifício Art Déco Paris. Le Grand Rex, Auguste Bluysen, John Eberson, 1932.

Fonte: Google Imagens, 2018.

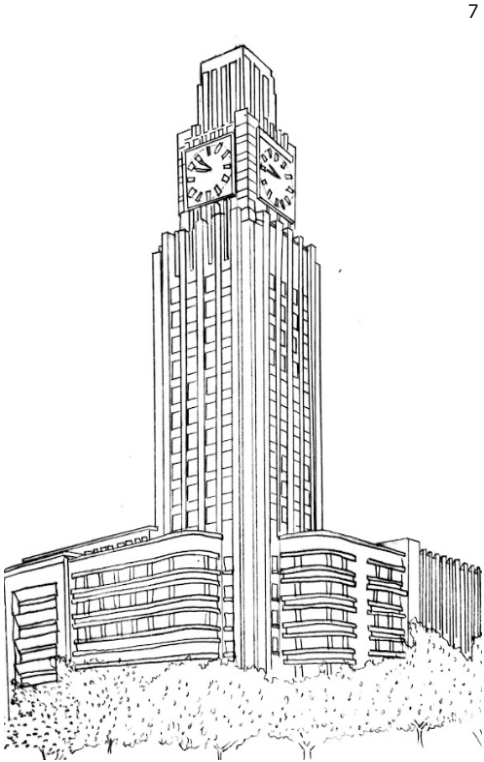
Neste período, o Brasil encontrava-se numa intensa busca pela brasilidade, com conotação nacionalista, de forma que às Vanguardas expressavam o povo e questões sócio-políticas, tanto nas artes quanto na arquitetura. O movimento artístico, Art Déco difundiu-se entre os anos 30 e 40 devido ao momento político, marcado pela intensificação do nacionalismo e a Golpe de Getúlio Vargas para ascender ao poder, materializando por meio de construções arquitetônicas e obras artísticas a rigidez do período:

No Brasil, a linguagem déco em arquitetura se expressou inicialmente, sobretudo, em projetos que buscavam traduzir uma noção de modernidade vinculada a programas novos. Este foi o caso dos arranha-céus que testemunharam a passagem de nossas capitais à condição de metrópoles; de edifícios institucionais que abrigavam funções de um Estado que se modernizava e expandia [...] (CORREIA, 2010, p.16).

Os anos 40 são caracterizados pelo indício do fim do modernismo nas artes visuais, exemplificado pelo Expressionismo Abstrato, inicialmente difundido pelos norte-americanos. No Brasil, houve a introdução e permanência da expressão dos movimentos nacionalistas. (figura 7).

Figura (7): Croqui - Central do Brasil, Rio de Janeiro, 1937.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.



Art Déco – Aspectos Gerais

A denominação do movimento ocorreu posteriormente a sua disseminação, durante a mostra “Les Année 25: Art Déco/Bauhaus/Stijl/Espirit Nouveau” - Paris, 1966, na qual foi realizada uma retrospectiva da “Exposition Internationale des Arts Décoratifs et industriels Modernes” - Paris, 1925 (FILHO; GRAÇAS, 2014). Na exposição de 1925, era visível o processo industrial pelos quais os países estavam passando, expresso por meio da geometria e conceitos artísticos.

A difusão do estilo Art Déco está diretamente relacionada com o momento político-cultural dos países, como aponta Silva (2010), no qual, há a exaltação da inovação que ocorria no período. A disseminação ocorreu na Europa, no início do século XX, no período entreguerras, e nos Estados Unidos nos anos 30, durante a euforia consumista ocorrida no pós-crise de 1929. Culturalmente, o Art Déco foi influenciado pelas Vanguardas Europeias: Cubismo e Futurismo, englobando aspectos de suas formas geométricas.

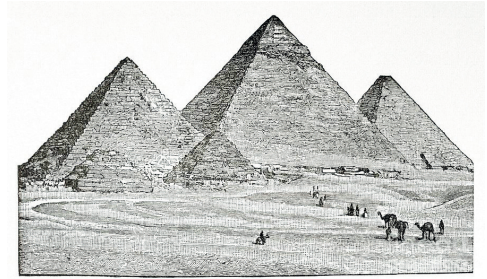
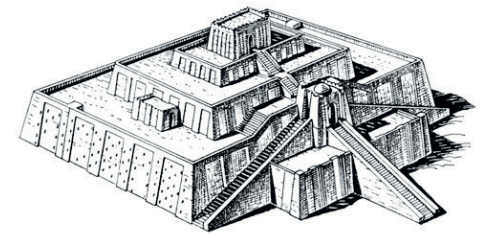
As Vanguardas Europeias, de acordo com Silva (2010), também houve influência das sociedades remotas, por meio de templos escalonados na Mesopotâmia, Egito e civilizações pré-colombianas. (SOUZA; ROSSI, 2012). (figura 8 e 9). Além de realizar uma releitura de outros momentos históricos:

[...] O estilo Art Déco também reedita elementos estruturais e ornamentais da Grécia Arcaica, Classicismo Greco-romano e Renascentismo. A Idade Média contribuiu com o Art Déco através do estilo gótico e suas coluna ascendentes e influências de povos tribais ou nômades das Américas, da África e do Oriente trazem seu “exotismo” para o Art Déco. [...] (SOUZA; ROSSI, 2012, p. 1035).

O estilo também herdou características decorativas das Belas Artes:

[...] Também faz uso – com certa frequência – do método Beaux-Arts de composição, pela adoção de regras referentes a simetria, axialidade e hierarquia na distribuição da planta, na organização das fachadas e na disposição da volumetria, expressas, entre outras coisas, na ênfase conferida ao acesso principal e na repartição da fachada em base, corpo e coroamento. [...] (CORREIA, 2010, p.14) (figura 10)

Figuras (8): Croqui, Zigurate - Torre de Templo Religioso Mesopotâmico; (9): Pirâmides Egípcias, Fotografia por Granger; (10): Museu de Belas Artes de Budapeste, Fotografia de Tibor Ács.



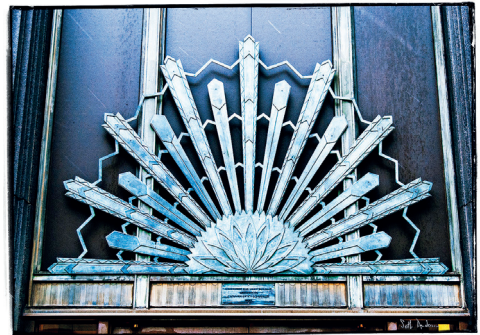
11



O Art Déco abrangeu distintos campos artísticos como arquitetura, design, moda, pintura, cinema, desenho industrial entre outros (figura 11):

Esta linguagem artística expressou-se nas artes plásticas, aplicadas (mobiliário, jóias, objetos domésticos, etc) e na arquitetura, enaltecendo valores da modernidade, como velocidade, dinamismo, eficiência, conforto, prosperidade, racionalização e progresso, na era da máquina e da comunicação. (SILVA, 2010, p.7).

12



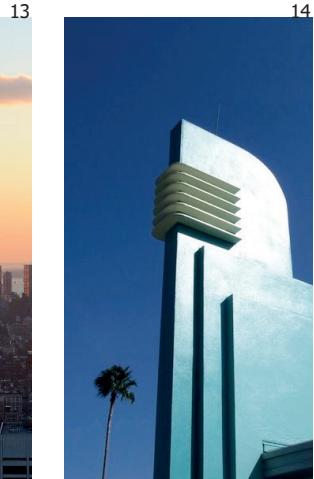
Na arquitetura, expressava a sociedade moderna e o desenvolvimento tecnológico, pelas formas aerodinâmicas expressando a velocidade e avanço ocorridos na época. (figura 12). Em questões morfológicas:

[...] valorização das esquinas, articulação de planos, divisão do edifício em três parte (base, corpo e coroamento), equilíbrio volumétrico, predomínio dos cheios sobre os vazios, uso de tecnologias e processos construtivos modernos (elevador, concreto armado, sistemas hidráulicos e elétricos) e integração arquitetura/interiores/design [...] (BLANCO, 2003, P.4).

Figuras (11): Escultura Victoire, René Lalique, 1928; (12): Motivo de nascer do sol, do Wisconsin Gas Building, 1930.

Fonte: Google Imagens, 2018.

Em questões iconográficas, foram propostas três tipologias: o zig-zag, o streamline e classicismo despojado ou greco-déco. O zig-zag faz referências às sociedades remotas, devido ao escalonamento e exaltação das geometrias remetendo aos modernistas Cubistas, enquanto o streamline relaciona-se a velocidade dos meios de transporte, expressa nas formas aerodinâmicas presentes nas fachadas, por fim, o greco-déco classicismo despojado ou ainda moderno clássico refere-se a arquitetura clássica, que foi utilizada pelas ditaduras de extrema direita para expressar grandiosidade. (GALEFFI, 2003 apud FILHO, GRAÇAS, 2014).



Figuras (13, 14 e 15): Arquitetura zig zag - Empire State Building, Shreve, Lamb and Harmon, 1930; Streamline - cenário MGM Studios, Shane Henderson; e gréco déco - Prédio da Dieta Nacional em Tóquio, Tori Yoshitake, 1936.

Fonte: Google Imagens, 2018.

Art Déco – Brasil

O Art Déco eclodiu no Brasil nos 30, adaptando tal linguagem arquitetônica, para a realidade do país, tanto nos aspectos sócio-culturais expressos pelos padrões construtivos, quanto na expressão política da arquitetura. Considerando que se tratava do início da era Vargas e o regime ansiava pela expressão da modernidade e coesão nas construções, por meio do baixo custo e repetição das edificações.

[...] "Chegando ao Brasil rapidamente, foi amplamente utilizado em equipamentos de lazer como cinemas, correios, rádios, prédios institucionais e até nas residências, como forma de transmitir avanço tecnológico às mais diversas localidades do país, enaltecendo valores da modernidade, como velocidade, dinamismo, eficiência, conforto, prosperidade, racionalização e progresso, na era da máquina e da comunicação" (TENÓRIO, 2016, p.4)

Em acordo, Filho; Graças (2014), enfatizam o uso da arquitetura como forma de expressão política que busca a modernidade em tempos de desenvolvimento industrial. Utilizando-se da estética greco-déco que foi amplamente difundida nos estados totalitários assim como por Getúlio.

As construções provenientes deste período são em grande quantidade de caráter público, podendo ser exemplificadas por agências do correios, cinemas, telégrafos, estações ferroviárias, e, também edificações relacionadas com a propagação da informação, considerando o advento da “cultura de massas” com a expansão dos meios de comunicação, como as rádios difusoras.

O apogeu do Art Déco Brasileiro ocorreu nos anos 40, e, assim como o Internacional, abrangeu intensamente as artes decorativas entre outras manifestações artísticas, como o design industrial, arquitetura e design de interiores. A produção Art Déco Brasileira apresentou peculiaridades devido a influência Marajoara e Sertaneja, respectivamente, indígena e nordestina. Consideraremos apenas o viés da Arquitetura Déco Sertanejo, devido sua importância e influência para fins do presente estudo.

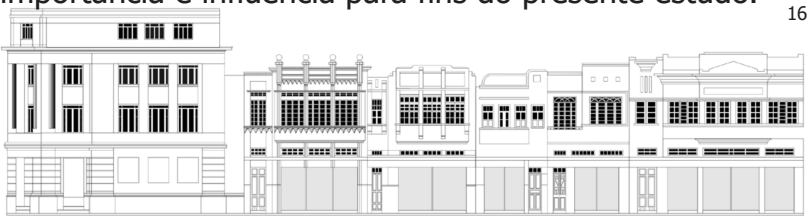


Figura (16): Fachadas da Rua Maciel Pinheiro, 1º quarteirão, lado ímpar por José Marconi B. de Souza e Apoena R. Barreira, 1999.

Fonte: Art Déco Sertanejo e uma revitalização possível: Programa Campina Grande Déco. Rossi, 2010.

Art Déco – Nordeste [Sertanejo]

As peculiaridades do Art Déco no Brasil também existiram entre distintas localidades do país. Os movimentos migratórios dos construtores entre as regiões permitiram com que detalhes construtivos fossem difundidos entre lugares aparentemente desconexos. De forma que, similaridades e singularidades coexistiram nos espaços arquitetônicos produzidos, promovendo assim, uma riqueza estética.

O Art Déco se difundiu intensamente nos municípios Nordestinos, tanto pela manifestação do Art Déco Sertanejo nas fachadas das casas populares de porte-e-janela, indústrias, fábricas, demonstrado pela reprodução das geometrias e escalonamentos criados pelos construtores, como na expressão dessa arquitetura através das construções realizadas pelo intuito de enfatizar a monumentalidade do Golpe. Metaforicamente, utilizando-se da "cultura de massas" para propagar a visão política por meio de cinemas, rádios difusoras, jornais, auditórios, estúdios, além da construção de edifícios oficiais, locais para diversão, oração e educação mostrando a vastidão do estilo. (SILVA, 2010; 2010).

As tecnologias construtivas empregadas nas construções populares eram simplórias apesar do momento de intenso desenvolvimento tecnológico, sendo utilizadas argamassa de cimento e telhas de fibrocimento, as quais estão escondidas por frisos de arremate da fachada. (SILVA, 2010). Quanto às cores, utilizava-se a pintura feita à base de cal e produziam-se distintas matizes de cores:

[...] Após a prospecção das cores originais das fachadas, constatamos que a paleta da década de 1940 se restringia a poucos matizes com grande predominância dos amarelos, algo de azul-claro, verde-claro e róseo, resultados da tradicional pintura a cal. [...] (ROSSI, 2010, p.32).



Figura (17): Exemplo de cenário baseado em fachadas porta e janela do Art Déco Sertanejo.

Fonte: Art Déco Sertanejo: uma inspiração para um design brasileiro? Souza, Rossi, 2012.

O Art Déco Sertanejo provém das manifestações modernistas realizadas nas fachadas de construções arquitetônicas nas décadas de 30 e 40. Sua denominação decorre do local onde, inicialmente, ocorreram suas manifestações:

[...] Mas, porque Sertanejo? Sertão, região geográfica nordestina, (...) vem do colonial português deserto, região afastada dos centros urbanos, o interior de um país ou região, distante, com pouca civilização. (...) Sertão é também um lugar poético. Tanto pode expressar a imensidão solitária e descampada do semiárido, quanto um pedaço de terra da memória afetiva, o meu sertão. (...) São esses tantos Sertões do real e do imaginário que nos inspiraram ao batizar de Sertanejo o Art Déco não consignado das fachadas populares nordestinas. [...] (ROSSI, 2010, p.28).

18



Figura (18): Fachadas da Rua Maciel Pinheiro, 1º quarteirão, sobrados comerciais, lado par por José Marconi B. de Souza e Apoena R. Barreira, 1999.

Fonte: Art Déco Sertanejo e uma revitalização possível: Programa Campina Grande Déco. Rossi, 2010.

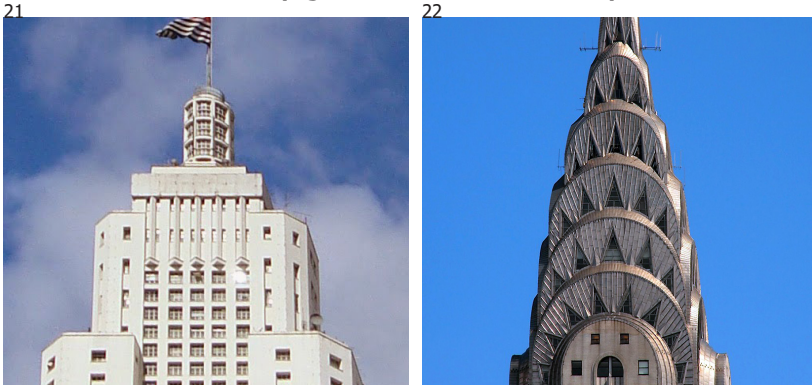
As primordiais distinções entre as manifestações do Sertão Nordestino comparadas tanto com as construções em outros países como em grandes metrópoles brasileiras são relacionadas a escala e materialidade. Sendo que no Art Déco Sertanejo, a construção de casas populares, igrejas entre outras, eram realizadas com alvenaria estrutural enquanto em maiores municípios e outros países, mármore e metais eram vastamente utilizados em construções monumentais. Apesar de tais distinções, tanto as mais simplórias quanto as mais monumentais, fizeram uso de formas geométricas para expressar o avanço tecnológico e a modernização da sociedade. (figuras 19 e 20).(SOUZA; ROSSI, 2012).



Figuras (19 e 20): Fachada do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Acervo do IHGS e Rockefeller Center. Edifícios que demonstram avanço e modernização.

Fontes: A Estética Art Déco e a Arquitetura Estatal Era Vargas em Aracaju, Filho, Graças, 2014 e Google Imagens, 2018.

A linguagem visual das geometrias empregadas nas construções de distintos segmentos sociais, permite leituras similares, de forma que, independente da camada social que advenham os indivíduos, a arquitetura não será unicamente um desdobro social. (ROSSI, 2014). Sendo assim, é notável, a presença de referências similares nas produções dos distintos segmentos sociais. Tais quais, podem ser exemplificadas, pelas Vanguardas Modernistas, como o Cubismo e Futurismo, a influência da arquitetura clássica e sociedades remotas. Dessa forma, assimilam-se a modernização das platibandas com linhas retilíneas pelos construtores anônimos do Sertão com as edificações monumentais e escalonadas produzidas em outras localidades. (figuras 21, 22, 23 e 24).



Figuras (21 e 22): Exemplos de Art Déco monumentais e anônimos esboçando influências nas suas formas, como o escalonamento e presença de elementos geométricos e platibandas retilíneas. Respectivamente, Edifício Altino Arantes "Banespa", Plínio Botelho do Amaral, 1939 e Chrysler Building, William Van Alen, 1930.

Fonte: Google Images, 2018.

A expressão do Art Déco Sertanejo, por se tratar de uma manifestação periférica, não foi plenamente aceita pela academia e profissionais do ramo. Havendo o embate entre gerações, sendo que os pertencentes aos anos 80 e 2000, eram contra tal estética e a nova geração que posiciona-se à favor da expressão. Devido à numerosa produção realizada, que mudou a estética dos centros urbanos, tanto dos municípios do Sertão Nordeste quanto de outros pequenos e médias localidades, e estendeu-se pelo Brasil fomentando a reprodução do estilo. (Souza, ROSSI, 2012).



Figuras (23 e 24): Exemplos de Art Déco monumentais e anônimos esboçando influências nas suas formas, como o escalonamento e presença de elementos geométricos e platibandas retilíneas.

Fonte: Art Déco Sertanejo e uma revitalização possível: Programa Campina Grande Déco. Fotos de Rossi, 2012 e Delmiro Gouveia, 2000. Rossi, 2010.

Art Déco – Presidente Prudente

[história e arquitetura]

Segundo Abreu (1972), a expansão para a região do Oeste Paulista, que se enquadra nos limítrofes dos Rios Paraná, Paranapanema e Peixe para além de Botucatu era, inicialmente, povoada por povos indígenas Guaranis (Caiuás, Xavantes e Caingangs).



Os pioneiros que desbravaram a região foram os mineiros, devido a decadência das minas de ouro e a quantia de terras disponíveis adequadas para criação de bovinos e suínos. O primeiro desbravador, José Teodoro de Souza, instalou-se na região devido às terras devolutas nas áreas de terra roxa.

Figura (25): Delimitação da região do Oeste Paulista.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

A disputa das terras entre os indígenas e brancos foi problemática e sangrenta. Os invasores dizimaram as tribos indígenas e os remanescentes se deslocaram para a região do Mato Grosso e Norte do Paraná, tendo suas terras ocupadas por posseiros.

Devido ao acúmulo de valor agregado às terras, houve um crescimento na disputa pelas terras. Sendo assim, o Governo estabeleceu estrutura legal por meio do âmbito legislativo para realizar a legalização da posse da propriedade das terras, com a Lei nº. 601 de 1850.

Os grileiros surgiram na região com o intuito de burlar a legislação para especular sobre as terras. Segundo Abreu (1972), eles falsificavam o título da compra das terras do desbravador pioneiro, em cumplicidade com o escrivão. Eles criaram um sistema para "legitimar" a fraude por meio de falsos documentos com selos e assinaturas.

O movimento migratório de Minas para São Paulo ampliou-se quando os mineiros fugiram da convocação para Guerra do Paraguai. Mesmo findada a Guerra, tal migração perdurou.

26



Fonte: Google Maps Style, baseado em Graham, Filho (1984), editado pela autora, 2018.

27



Fonte: Google Maps Style, baseado em Graham, Filho (1984), editado pela autora, 2018.

A decadência do ciclo do ouro e da exaustão das terras do Vale do Paraíba, intensificaram a expansão cafeeira para o Oeste Paulista, gerando uma crescente migração em busca de terras na Região do Vale do Paranapanema pelos mineiros, pioneiros na chegada. Dessa forma, temos o alicerce para composição da cidade:

"[...] os componentes que formaram a conjuntura que permitiu a fundação da cidade: o povoamento do Sertão do Paranapanema pelos mineiros e a tendência da marcha do café" (ABREU, 1972).

A implementação da Estrada de Ferro Sorocabana foi ferramenta essencial para a expansão cafeeira em direção ao Oeste Paulista:

"[...] A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras e a colonização pelo loteamento de grandes glebas resumem as características do povoamento na Alta Sorocabana. Os núcleos urbanos surgiram como pontos de apoio para a exploração econômica da região" (ABREU, 1972).

Dessa forma, a ferrovia foi fundamental para o crescimento da cidade, pois a mesma proporcionou infra-estrutura que permitiu o escoamento da produção

cafeeira, a criação do núcleo urbano e tornou-se o principal meio de circulação de pessoas e mercadorias. Sendo que o desenho da ferrovia culminou na decisão pelo sítio urbano.

Considerando a hipótese de que a origem dos construtores seja o Nordeste. Devido as migrações dos períodos do Ciclo de Mineração e da fuga da convocação do Guerra do Paraguai, além da expansão do café para além do Vale do Paraíba em direção ao Oeste Paulista, com a construção e expansão da Estrada de Ferro Sorocabana. Notamos a influência do Art Déco Sertanejo nas fachadas de Presidente Prudente. Sendo que o Município de Presidente Prudente foi formado por leva migratórias advindas em sua maior parte do Nordeste e de Minas Gerais.

Logo, as construções arquitetônicas prudentinas foram influenciadas pela manifestação do Art Déco Sertanejo. Reproduzindo assim, o desenho das fachadas populares nordestinas em fachadas prudentinas, utilizando-se de similares formas geométricas e escalonamento, assim como na sua localidade de origem.

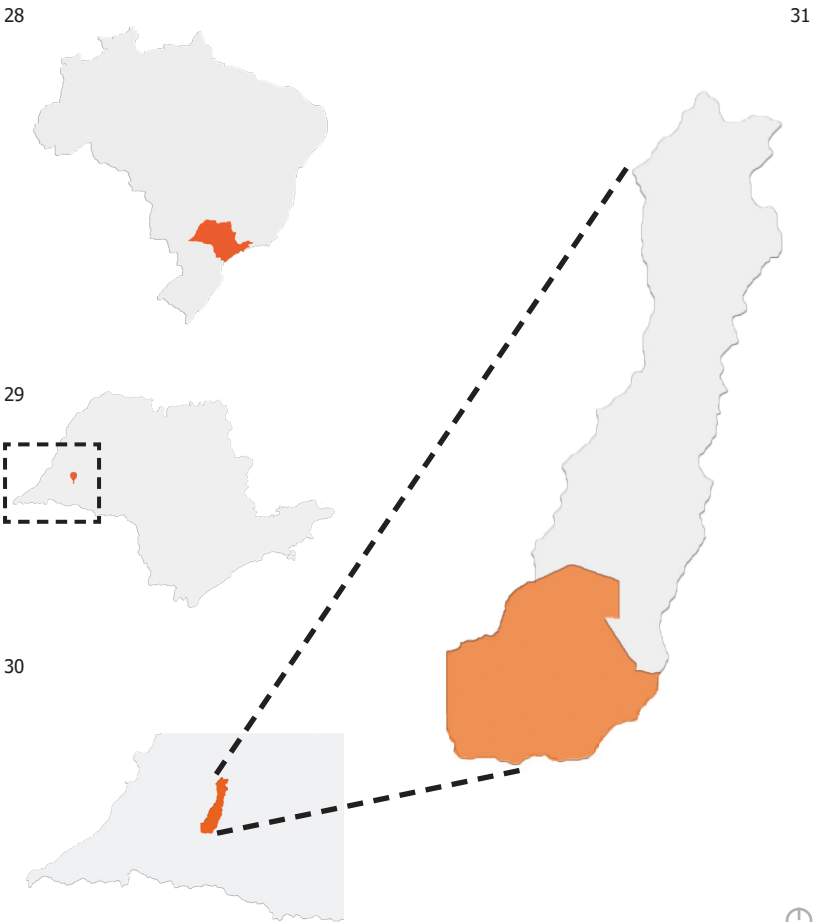
A fundação propriamente dita se deu por meio dos coronéis Francisco de Paula Goulart e José Marcondes, os quais fundiram seus núcleos urbanos, em 14 de Setembro de 1917, que tinham como premissa ser base de abastecimento e mantimentos para os que chegavam no local:

" A Cidade de Presidente Prudente nasceu da reunião de dois núcleos urbanos criados para ampararem as vendas de terras feitas pelos Coronel Francisco de Paula Goulart e Coronel José Marcondes, que foram os responsáveis por sua fundação e sistemática colonização, respectivamente [...]" ABREU (1972).

A expansão do povoamento na região de Presidente Prudente, se deu com a inauguração do tráfego de trens, em 19 de Janeiro de 1919. Dado este aumento tanto na zona urbana, como na rural.

Atualmente, Presidente Prudente está localizada na região Oeste do Estado de São Paulo, a aproximadamente 560km da região metropolitana de São Paulo. Apresenta área territorial de 560 mil km² e população de 227 mil pessoas, segundo dados do IBGE de 2017.

Nas figuras à seguir temos a localização precisa do Município na Cidade de Presidente Prudente no interior do Oeste do Estado de São Paulo. (figuras 28, 29, 30 e 31).



Figuras (28) País: Brasil, Estado: São Paulo; (29) Localização da Cidade no Oeste Paulista; (30) Cidade de Presidente Prudente e;(31) Município de Presidente Prudente.

Fonte: Google Maps, editado pela autora, 2018.

Inventário

Segundo Chastel (1990), o conceito de Inventário Geral de Bens Culturais advém de período antigo, tendo surgido na França durante o período do Iluminismo no íterim de 1770 a 1780. Sob a responsabillidade das academias de província, foram criadas visões gerais denominadas "Estatísticas", onde foram elencados bens diversos, incluindo históricos, naturais e culturais.

Houve uma busca pela sobrevivência da produção do Inventário Geral, porém, devido à guerra e a depredação dos símbolos da monarquia em conjunto com obras tal processo foi dificultado. Ocorrendo em Setembro de 1792, a instituição de de um decreto para que tais destruições não tivessem continuidade: "é preciso destruir os símbolos do despotismo, mas preservar e conservar honradamente as obras primas das artes, tão dignas de ocupar o ócio e embelezar o território de um povo livre". (Chastel, 1990)

Findada a movimentação da época revolucionária, havia uma angústia científica no ar, devido a destruição em destroços e cinzas e a ausência de registros propriamente realizados. Dessa forma, a necessidade da realização de um Inventário que perdurasse foi manifestada.

Após algumas tentativas insatisfatórias, foi criada a Lei do IV Plano de 1962, a qual estabeleceu o Inventário Geral. Visando identificar, estudar e classificar técnicas, edificações e obras.

No Brasil, a criação do Instituto que protege o patrimônio brasileiro, antigamente, denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), teve seu funcionamento iniciado em 1936 e foi oficializado em 1937. Assim como na França, a criação de um inventário se iniciou pela necessidade de registrar as manifestações, sejam elas, arquitetônicas, culturais ou históricas.

Segundo Baptista (2015), em 1939 iniciou-se o processo de agrupamento de informações para criação do Inventário. E, apenas em 1987, por meio de um artigo publicado por Paulo Ormino, na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional produzida pelo IPHAN na sua 22ª edição, que foi explicada sua função:

[...] o inventário é um instrumento de proteção, utilizado para a preservação do

acervo cultural que oferece embasamento para a adoção de medidas administrativas e conscientização da população, sendo um meio também de vigilância para o Estado e a sociedade." (BAPTISTA, 2015).

Dessa forma, temos que a importância do Inventário advém da necessidade do registro para perpetuação dos bens de uma determinada época.

Para isso, temos duas vertentes: Conservação - através da memória do objeto em questão presente nas vivências dos habitantes de uma específica localidade. Além da Patrimonial - na qual são adotadas um conjunto de medidas que intervêm de forma que bens, sejam eles, culturais, materiais, arquitetônicos ou históricos tenham seus limites salvaguardados pelas devidas instituições.

Isto é, a conservação das características visuais é feita através de instrumentos de Conservação, enquanto para proteger os bens por meio de legislação e catalogar através de Inventário, temos os registros Patrimônias.

Quando não há a certificação de que bens sejam

salvaguardados, ocorrem perdas catastróficas, como ocorreram no período anterior a criação do Inventário, que as guerras e movimentos, permissivamente, permitiam com que fossem destruídos os bens.

Infelizmente, atualmente no Brasil, passamos por um momento de descaso com os bens culturais. No qual, temos uma série de incêndios criminosos destruindo o patrimônio e nossa história.

Tais casos ocorrem há décadas no país, como o incêndio do Museu de Arte Moderna do Rio em 1978, que destruiu a biblioteca de artes visuais em sua totalidade.

O Brasil incendeia ano após ano suas instituições culturais. A problemática, além do descaso governamental, temos uma legislação ineficiente e falta de estrutura e manutenção. Todos estes fatores combinados com o descaso à cultura, fazem com que ocorram tais incêndios criminosos. As perdas são inestimáveis, dos acervos e monetária, ano após ano sucateando as instituições até que "acidentalmente" elas são incendiadas.

Em 2008, o Teatro Cultura Artística em São Paulo foi consumido em sua totalidade. Em 2010, o Instituto Butantã o incêndio destruiu o maior acervos vivo de cobras tropicais do mundo. No ano seguinte, 2011, o Palácio Universitário da UFRJ foi incendiado, tendo seu início na capela localizado no interior.

Em 2013, o Museu da América Latina perdeu o auditório e parcela de sua principal obra foi comprometida. Ainda em 2013, o Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas foi incendiado. No ano de 2015, um incêndio destruiu todo o acervo digital do Museu da Língua Portuguesa e parte do imóvel.



Figura (32): Fotomontagem de incêndios ocorridos no Brasil, 2010 - 2018.

Fonte: Revista Fórum, por Daniel Dobravolskis 2018.

A Cinemateca foi incendiada em 2016, e houve inúmeras perdas audiovisuais. Porém, este não foi o primeiro caso neste imóvel. Nos anos 1957, 1969 e 1982, também ocorreram incêndios, devido aos materiais inflamáveis das películas cinematográficas utilizadas até a década de 50.

Por fim, em 2018, tivemos mais uma tragédia para os bens culturais brasileiros. No qual, incendiaram o Museu Nacional do Rio, e perdemos, parte do acervo, milhões em dinheiro e inestimável nos bens.

Considerando a recorrência dos incêndios às Instituições de Bens Culturais no Brasil, são necessárias medidas para salvaguardar o patrimônio. Sendo o Inventário, peça fundamental para que exista pelo menos o registro do existente.



Figura (33): Fotografia do incêndio do Museu Nacional.

Fonte: Revista Abril, por Buda Mendes, 2018.

O presente inventário foi estruturado em três fichas base: A, B e C, sendo que houve predomínio de uma distinta perspectiva em cada.

Na ficha A, baseada na análise de Souza; Rossi (2012, 2014) visou-se caracterizar as fachadas morfológica e sintaticamente de acordo com a Gestalt, Geometria e Metodologia Visual para entendimento visual dos elementos geométricos assim como foi realizado no estudo das fachadas populares nordestinas pelas autoras. Além da realização do análise do estado de conservação. A caracterização foi realizada de acordo com os elementos destacados no croqui e o estado de conservação de acordo com as fotografias do trabalho de campo.

Na seguinte ficha B, temos o embasamento nos conceitos de caráter e integridade de Yamaki (2008), além da identificação do imóvel, quanto à localização e usos geral e específico para dois momentos da sua história.

Em paralelo, temos a ficha C, que permite a comparação das fotografias e dos elementos levantados na ficha B, finalizando com a análise sensorial.

A criação do inventário foi dificultada pela falta de dados arquivados junto a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Considerando o hackeamento do sistema que ocorreu nos anos 90, que levou a perda dos dados no sistema.

Tendo como ponto de partido, o levantamento fotográfico realizado durante o trabalho de campo, foi realizado um ofício para obter os dados das edificações levantadas. Em comparação com o número de edificações requisitadas (70) para realizar o inventário, apenas 8 existiam plantas cadastradas na Prefeitura.

Dessa forma, temos que a maior barreira para o desenvolvimento do inventário é o levantamento de dados dos imóveis cadastrados na Prefeitura. Em sua maioria, os mesmos não apresentavam projeto registrado ou o número de cadastro do imóvel não correspondia com exposto na fachada, impossibilitando assim encontrar o projeto do imóvel. Fato ocorrido devido aos desmembramentos ou remembramentos irregulares, segundo funcionários do Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

METODOLOGIA

A metodologia a seguir foi utilizada para realizar o desenvolvimento do inventário da Arquitetura Déco Sertanejo no Centro Histórico do Município de Presidente Prudente - SP. Consistindo-se das seguintes 6 etapas:

ETAPA Nº. 1 - DELIMITAÇÃO DO RECORTE FÍSICO

A composição do Centro Histórico de Presidente Prudente de acordo com o Mapa de Expansão Urbana (ver anexo A) e o histórico do Município é formada pelos bairros Vila Marcondes e Centro. Locais selecionados para compor o recorte físico para análise do Centro Histórico. Antigamente, tais localidades eram denominadas Vila Marcondes e Vila Goulart, as quais serviram como centro de abastecimento para os colonos que chegavam no local.

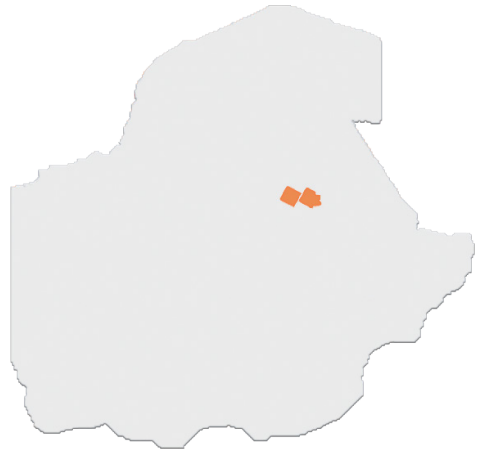
Na figura 34, temos os dois bairros localizados em relação a espacialidade do Município. Na figura 35, temos a delimitação mais precisa dos bairros com a presença das quadras pertencentes aos mesmos destacadas. Sendo o Bairro Centro (à esquerda) composto pelo quadrilátero central, conjunto de quadras ortogonais; o Bairro da Vila Marcondes é paralelo a linha férra com parte do traçado do bairro mais ortogonal e outra, fluida.

Figuras (34 e 35): Bairros Centro (à esquerda) e Vila Marcondes (à direita) no Município e separados pela ferrovia (tracejado).

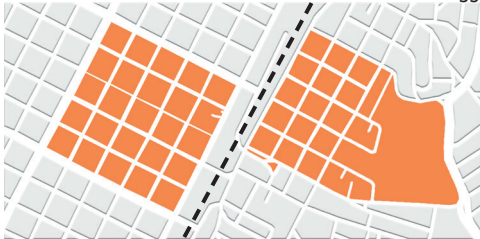
Fonte: Prefeitura Presidente Prudente, editado pela autora, 2018.



34



35



ETAPA Nº. 2 - DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL IMAGÉTICO

Constituído de fotografias, plantas da Prefeitura do Município de Presidente Prudente, croquis e mapas. A construção do material imagético foi feita em partes, a primeira por meio de visitas de campo, na qual foram realizadas fotografias dos imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo no Centro Histórico de Presidente Prudente.

A premissa para escolha dos imóveis fotografados é condizente com os apectos visuais que serão analisados. Sendo os mesmos: superfície das coberturas (laranja), elementos (azul), arranjos dos elementos (roxo) e grupos perceptuais (amarelo), Os quais serão mais detalhados à seguir na etapa nº. 5 de análise.

Podendo ser exemplificadas com a Figura 36, que demonstra um imóvel com cobertura mista, devido a forma como se comporta a superfície de cobertura do imóvel. Quanto aos elementos, temos formas retangulares e retilíneas. Quanto ao arranjo dos elementos, temos espelhamento, repetição e gradação. Quanto aos grupos perceptuais, temos a proximidade dos elementos.

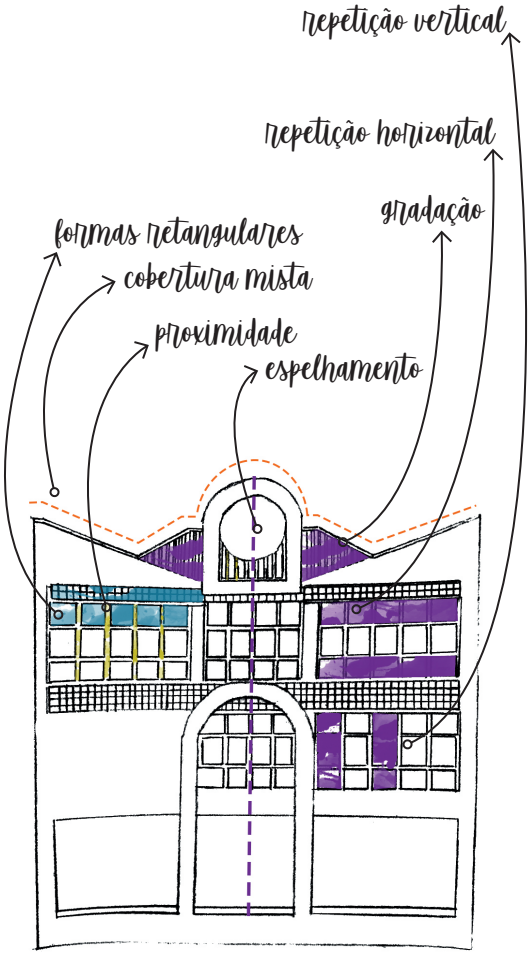


Figura (36): Croqui analisado de acordo com desenho da cobertura, geometrias e arranjo dos elementos e grupos perceptuais.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

Seguindo este critério de seleção, foram realizadas as fotografias dos imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo nos Bairros Centro e Vila Marcondes. Constituindo assim, a base do desenvolvimento das imagens.

Em seguida, com base nas fotos e localização dos imóveis - que também foram levantadas durante o trabalho de campo -, foi criado um ofício destinado ao Secretário de Planejamento da Prefeitura do Município de Presidente Prudente. Objetivando obter as plantas dos imóveis cadastrados para possibilitar o desenvolvimento do inventário.

Os croquis foram desenvolvidos com o intuito de enfatizar os aspectos a serem analisados, assim como foi demonstrado no exemplo anterior. Nos croquis, determinadas regiões foram selecionadas para análise de acordo com critérios detalhados nas fichas cadastrais.

Por fim, levantamento fotográfico por meio do trabalho de campo permitiu o desenvolvimento dos mapas de localização dos imóveis. Tanto em relação com os dois bairros, como com o entorno próximo.

ETAPA Nº. 3 - DELIMITAÇÃO TEMPORAL

O pioneirismo cafeeiro e a expansão da Estrada de Ferro Alta Sorocabana, junto com a imigração dos mineiros e nordestinos, culminou com a fundação do Município. Construindo-se as primeiras Vilas na região - Vila Goulart e Vila Marcondes. Dessa forma, temos, o momento inicial, em idos da década de 10, precisamente, 1914. O qual condiz com o ano dos primeiros assentamentos, divisões de glebas, criação de Bairros e afins.

Dessa forma, é passível de entendimento que o assentamento inicial ocorreu por volta deste período. Contudo, o estabelecimento na região se deu mais tardiamente. Devido a necessidade de urbanizar a região. Como pode ser visto nas figuras 37 e 38, à seguir, que mostram a situação de Presidente Prudente nos anos 20.

Além deste momento inicial, deve ser levado em conta que a manifestação da estética da Arquitetura Déco Sertanejo se manifestou no Brasil, a década de 30. De acordo com as figuras 39 e 40, à seguir, temos que por volta dos anos 30, já ocorriam manifestações Art Déco na Arquitetura desenvolvida.



Figuras (37 e 38): Presidente Prudente na década de 20.
Fonte: Google Style Maps, editado pela autora, 2018.



Figuras (39 e 40): Presidente Prudente na década de 30.
Fonte: Google Style Maps, editado pela autora, 2018.

Partindo deste princípio, temos o recorte temporal inicial, que condiz com o início do íterim de desenvolvimento da Arquitetura Déco Sertanejo. Momento que advém as primeiras construções na região.

As plantas obtidas pela Prefeitura possibilitaram findar o recorte temporal. Levando-se em consideração as datas presentes nas plantas dos imóveis registrados na Prefeitura.

Cruzando as fotografias que condiziam com a estética visual em questão com o período que foram construídas, temos o recorte temporal para análise da Arquitetura Déco Sertanejo em Presidente Prudente de 1930 até 1950.

Realizado o recorte temporal, temos um refinamento dos imóveis selecionados. Sendo que foram 70 imóveis requisitados para Prefeitura, obtendo como resultado 10 plantas. Das quais, apenas 8 se adequam no recorte do estudo.

ETAPA Nº. 4 - FICHAS DOS BENS IMÓVEIS

Para introduzir as fichas, foram realizados mapas de localização, na ficha A. Os quais localizam os imóveis de duas formas: em relação aos dois Bairros e em relação ao Bairro que está inserido. As implantações dos imóveis foram inseridas nas fichas B e C, respectivamente, antiga e atual.

A composição das fichas cadastrais foi feita sob duas perspectivas de avaliação e uma de análise. Sendo que a primeira verifica quantidade e qualidade das características da Arquitetura Déco Sertanejo presente nos imóveis. A segunda baseia-se no critério de Yamaki (2008), avaliando o caráter e integridade. Por fim, temos a análise comparativa e sensorial, que será destrinchada na próxima etapa.

As fichas foram adaptadas do trabalho de Humberto Yamaki para obter melhor compreensão dos imóveis selecionados, proporcionando levantamentos e questões coerentes com a estética discutida. Adaptando o método de Yamaki (2008) para caracterizar os bens imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo no Centro Histórico.

Iniciamos com a ficha A, na qual temos a caracterização da arquitetura, por meio de uma análise morfológica e avaliação da arquitetura de acordo com seu estado de conservação. A análise morfológica é a fusão de dois estudos que compreendem as fachadas de casas populares Nordesteanas e a análise dos elementos que compõem as fachadas.

Na análise morfológica, será feita uma constatação dos elementos presentes em acordo com a estética Déco Sertanejo. Sendo divididos em quatro categorias: superfície de cobertura; elementos, arranjo dos elementos e grupos perceptuais. (figuras 41).



Figura (41): Croquis explicativos.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

Ficha A	INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente	
Nº. xx		
Aspectos visuais a serem analisados		Corte do imóvel

Figura xx: Croqui com aspectos a serem analisados em destaque. Fonte: xxxxxxxx.

Figura xx: Corte do imóvel. Fonte: xxxxxxxx.

CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANÁLISE MORFOLÓGICA		
A. SUPERFÍCIE DE COBERTURA		B. ELEMENTOS
☐ Escalonada	☐ Trapezoidal	☐ Linha (vertical)
☐ Coroamento	☐ Mista	☐ Prisma (triangular)
C. ARRANJO DOS ELEMENTOS		D. GRUPOS PERCEPTUAIS
☐ Repetição horizontal	☐ Rotação	☐ Proximidade
☐ Repetição vertical	☐ Gradação	☐ Enclausuramento
☐ Repetição diagonal	☐ Justaposição	☐ Fusão
☐ Espelhamento	☐ Sobreposição	☐ Sobreposição
AVALIAÇÃO DA ARQUITETURA - ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
PONTUAÇÃO		AVALIAÇÃO FINAL
Superfície de cobertura	3 2 1	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Elementos		
Arranjo dos elementos		
Grupos perceptuais		
Pontuação Final 11/12		Bom Regular Ruim

A. Superfície de Cobertura - elemento simbólico, o desenho das platibandas é elemento essencial para definição do imóvel como pertencente a estética.

B. Elementos - são considerados três possíveis: linhas (verticais), formas (retangulares) e prismas (triangulares).

C. Arranjo dos elementos - os elementos supracitados se organizam de forma que permitem a criação dos desenhos definidores da estética.

D. Grupos perceptuais - a composição do arranjo dos elementos permite o entendimento das fachadas como unicidade.

À seguir, temos a avaliação da arquitetura, considerando seu estado de conservação. Temos a pontuação variando de 1 a 3, sendo 1 a pior estado e 3 o melhor estado de conservação. Resultando nas somatórias máxima 12 e mínima 4. Dessa forma, temos a conservação variando entre Bom (12 a 10), Regular (9 a 7) ou Ruim (4 a 6).

A Ficha B inicia-se com as imagens do imóvel adquirida por meio da Prefeitura de Presidente Prudente. A fachada ou croqui e a implantação do imóvel no sítio para representar como o mesmo se apresentava no momento de sua construção ou reforma.

Em seguida, temos a identificação do imóvel, apresentando seus dados de localização, especificação do uso nos distintos tempos, inicial e atualmente e discriminação do uso (Residencial, Comercial, Misto e Outros).

Adiante com a adaptação do método de Yamaki (2008), temos dois aspectos seguintes como proposição de visão geral:

I. DO OUTRO LADO DA RUA - que visa uma compreensão macro do imóvel, relativa a seu posicionamento e as suas adjacências.

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA - busca o entendimento dos detalhes presente no imóvel.

Os dois aspectos apresentam as seguintes categoriais: LOTE, EDIFICAÇÃO e EDIFICAÇÃO - DETALHES; as quais são divididas em sub-categorias para avaliação de acordo com seu caráter e integridade, sendo elas:

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE - 1. Entorno/Visibilidade

Considerando a visualização do lote do outro lado da rua, esta sub-categoria compreende uma visão macro do comportamento do imóvel em relação ao entorno, ou seja, se o mesmo se destaca ou esconde na paisagem.



Figura (42): Fotografia da fachada do antigo shopping.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ficha B		INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente			
Nº. xx					
Fachada antiga do imóvel		Implantação inicial			
Figura xx: Fachada do imóvel. Fonte: xxxxxxxx.		Figura xx: Implantação do imóvel. Fonte: xxxxxxxx.			
IDENTIFICAÇÃO					
Inicial: xxxxxxxx		Localização (endereço): xxxxxxxx, -			
Atual: xxxxxxxx		Bairro: xxxxxxxx			
		☐ Residencial ☐ Comercial ☐ Misto ☐ Outros			
I. DO OUTRO LADO DA RUA					
A. LOTE		B. EDIFICAÇÃO			
1. Entorno/Visibilidade		2. Implantação		3. Aberturas e acessos	
Caráter ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Caráter ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Caráter ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1	
Integridade ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Integridade ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Integridade ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1	
		Caráter xx/06 Integridade xx/06		Caráter xx/06 Integridade xx/06	
II. A UM METRO DE DISTÂNCIA					
C. EDIFICAÇÃO - DETALHES		PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL			
5. Ornamentos Fachada		6. Arranjos dos elementos		PONTUAÇÃO	
Caráter ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Caráter ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Caráter xx/18	
Integridade ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Integridade ☐ 3 ☐ 2 ☐ 1		Integridade xx/18	
		Caráter xx/06 Integridade xx/06		AVALIAÇÃO FINAL	
				Bom Regular Ruim	
				CARÁTER ☐ ☐ ☐	
				INTEGRIDADE ☐ ☐ ☐	

2. Implantação

De acordo com o posicionamento do imóvel no lote e os recuos presentes entre o mesmo e os adjacentes.⁴³



B. EDIFICAÇÃO - 3. Aberturas e acessos

"O ritmo das janelas, simetrias e assimetrias podem definir as características da fachada. Não menos importantes são as hierarquias de acesso (...)" (YAMAKI, 2008).



Figuras (43 e 44): Implantação; e Fachada com as aberturas e acessos destacados.

Fonte: Google Earth, acervo e edição pela autora, 2018.

4. Superfície de cobertura

O desenho da superfície de cobertura define a estética e distingue o imóvel desta estética com outros.⁴⁵



II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Eles enfatizam o simbolismo presente nas geometrias utilizadas.



Figuras (45 e 46): Fachadas com Superfície de cobertura e ornamentos destacados.

Fonte: Acervo, editado pela autora, 2018.

6. Arranjo dos elementos geométricos

Eles compõem os ornamentos da fachada caracterizam a estética. (figura 47)

Por fim, temos a análise das sub-categorias de acordo com os critérios de caráter e integridade. Sendo que caráter considera os elementos visuais que compõem o imóvel; enquanto Integridade, segundo Yamaki (2008) avalia o "grau de permanência de elementos definidores de caráter". A avaliação varia com os valores de 1 a 3, sendo que 1, representa reduzida caracterização, enquanto 3 apresenta o máximo de acordo com os aspectos avaliativos supracitados de Caráter e Integride.

A pontuação apresenta resultados que variam do mínimo 6 e máximo 18. Sendo a avaliação final de acordo com os valores somatórios. A avaliação final é dividida em três categorias: Bom (18 a 15), Regular (10 a 14) e Ruim (9 a 6).



Figura (47): Fachada com arranjos dos elementos geométricos destacados.

Fonte: Acervo e edição pela autora, 2018.

ETAPA Nº. 5 - ANÁLISE

A ficha C apresenta, primordialmente, a análise comparativa do imóvel, de elementos presentes na Ficha B com levantamentos comparativos para desenvolver a Ficha C. Verificando se houveram modificações ou ocorreram permanências da estética da Arquitetura, e como as mesmas sobreviveram ao tempo.

Foram comparados, visualmente, as fachadas, implantações, usos, lote, edificação e detalhes da edificação presentes na Ficha B com os levantamentos comparativos permitindo desenvolvimento da Ficha C.

Adiante, temos a análise sensorial da estética, que visa o entendimento da qualidade espacial do imóvel, verificando qual a sua relação com a rua, se o uso designado para o estabelecimento tem relação com a arquitetura ou se o mesmo é desconexo. Além disso, temos as considerações finais, que permite discorrer sobre aspectos presentes na Ficha A e possíveis adendos.

Ficha C	INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente	
Nº. xx		
Fachada atual do imóvel		Implantação atual
Figura xx: Fachada do imóvel. Fonte: xxxxxxxx.		Figura xx: Implantação do imóvel. Fonte: xxxxxxxx.
ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL		
A. FACHADA xxxxxxx		B. IMPLANTAÇÃO xxxxxxx
C. USOS xxxxxxx		D. LOTE xxxxxxx
E. EDIFICAÇÃO xxxxxxx		F. EDIFICAÇÃO - DETALHES xxxxxxx
ANÁLISE SENSORIAL		
A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS xxxxxxx		

ETAPA Nº. 6 PROPOSTA FINAL

A proposta final foi elaborada considerando a legislação nos âmbitos federais, estaduais e municipais, somando-se as cartas patrimonial que levaram em consideração áreas centro-históricas, meio urbano, educação patrimonial, entre outros tópicos relevantes para o direcionamento da proposta.

As legislações verificadas foram, no âmbito federal, a Constituição de 1988, estadual, Constituição do Estado de São Paulo/1989, Decreto Estadual nº 13.426/1979 e por fim, municipal, Plano Diretor do Município.

Enquanto nas cartas patrimoniais, ocorreu o processo de verificação da relevância das informações presentes em todas disponíveis. Chegando as seguintes cartas que foram analisadas: Carta de Atenas (1931), Carta de Atenas (1933), Recomendação Paris Paisagens e Sítios (1962), Carta de Veneza (1964), Recomendação de Paris (1964), Compromisso de Brasília (1970), Compromisso de Salvador (1971), Carta do Restauo (1972), Carta de Petrópolis (1987) e Declaração São Paulo II (1996).

Realizada a análise da legislação e das cartas patrimoniais, foram criadas sete proposições. Cada destas propostas visa suprir uma necessidade do município para favorecer o registro e preservação patrimonial.

De forma que, por distintas abordagens sejam sanadas as carências do município na questão patrimonial e a ausência do olhar sobre tais importâncias.

A proposta final, incluída nas sete supracitadas, é um mapa cultural de identificação da arquitetura déco sertanejo. O qual propõe uma caminhada pela cidade para descobrir os imóveis pertencentes ao estilo. Além de ser uma diretriz que tem o intuito de ser amplificada, por meio de futuros estudos.

INVENTÁRIO

O presente inventário foi desenvolvido com base nas etapas previamente percorridas na metodologia, visando o fichamento dos imóveis cadastrados na Prefeitura do Município de Presidente Prudente, localizados no Centro Histórico. A reduzida quantia de imóveis é devida a falta de registro junto a Prefeitura, devido ao hackeamento do sistema em 1991 e também devido a falta de regularização dos imóveis antigos, os quais datam do início da fundação do Município. A metodologia permite o registro e análise dos imóveis, de forma que, se desejado, num futuro, o processo possa ser continuado.

Na figura 48, temos a localização dos bairros que compõem o Centro histórico e os imóveis do inventário.⁴⁸

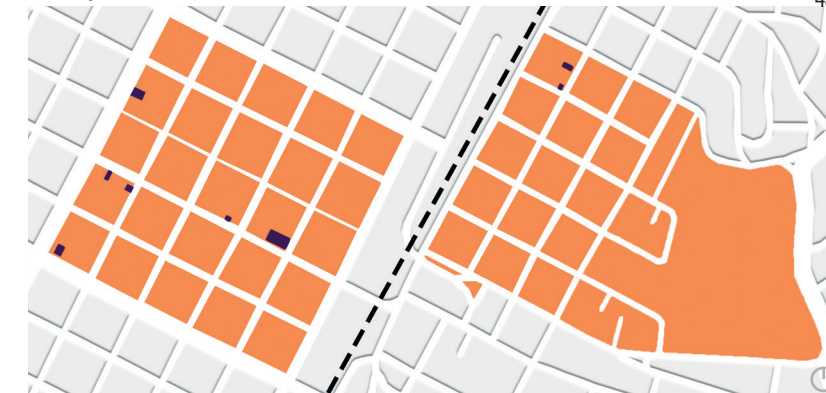


Figura 48: Mapa de localização dos imóveis presentes no Inventário nos Bairros do Centro Histórico de Presidente Prudente - SP.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

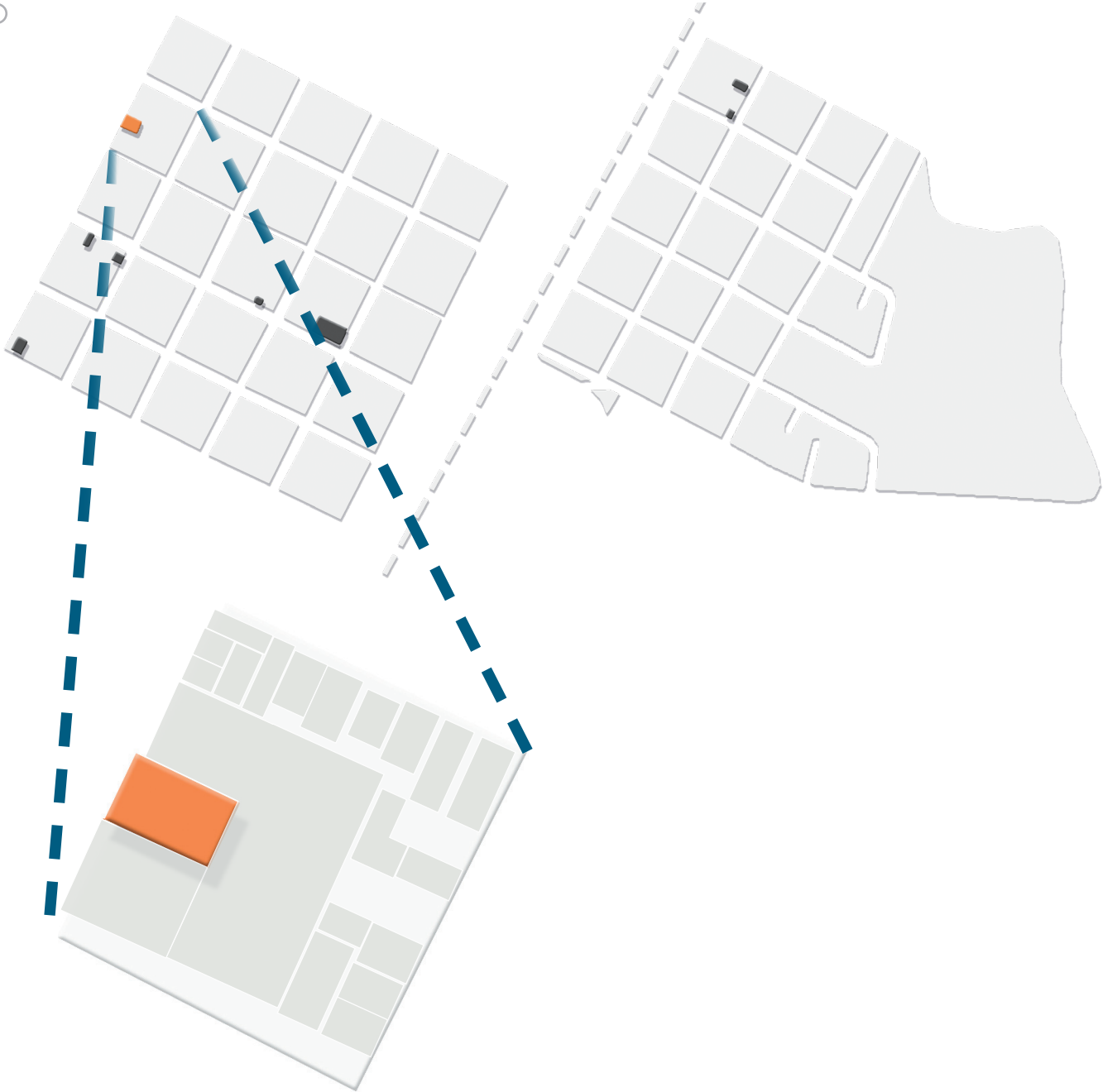


Figura 49: Mapas de localização do imóvel em relação aos dois bairros e em relação ao entorno próximo no quateirão.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.



Figura 50: Croqui com pontos analisados destacados.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

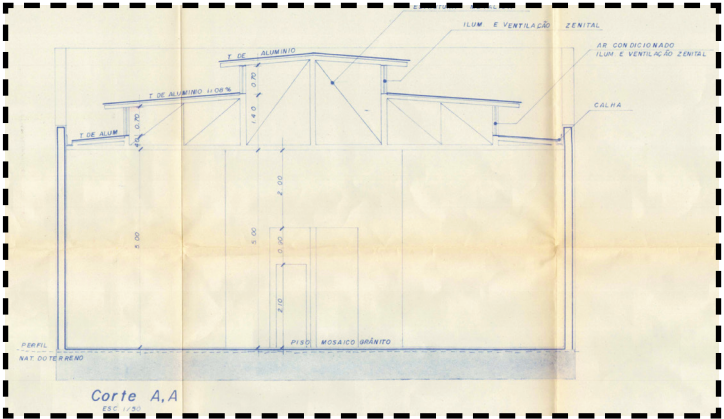


Figura 51: Corte do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANÁLISE MORFOLÓGICA

A. SUPERFÍCIE DE COBERTURA

☐ Escalonada

☐ Trapezoidal

☐ Coroamento

☒ Mista

B. ELEMENTOS

☒ Linha (vertical)

☐ Prisma (triangular)

☒ Forma (retangular)

C. ARRANJO DOS ELEMENTOS

☒ Repetição horizontal

☐ Rotação

☒ Repetição vertical

☒ Gradação

☐ Repetição diagonal

☐ Justaposição

☒ Espelhamento

☐ Sobreposição

D. GRUPOS PERCEPTUAIS

☒ Proximidade

☐ Justaposição

☐ Enclausuramento

☐ Fusão

☐ Fechamento

☐ Sobreposição

AVALIAÇÃO DA ARQUITETURA - ESTADO DE CONSERVAÇÃO

PONTUAÇÃO

Superfície de cobertura

Elementos

Arranjo dos elementos

Grupos perceptuais

3

2

1

☒

☐

☐

☐

☒

☐

☒

☐

☐

☒

☐

☐

Pontuação Final 11/12

AVALIAÇÃO FINAL

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Bom

Regular

Ruim

☒

☐

☐



Figura 52: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

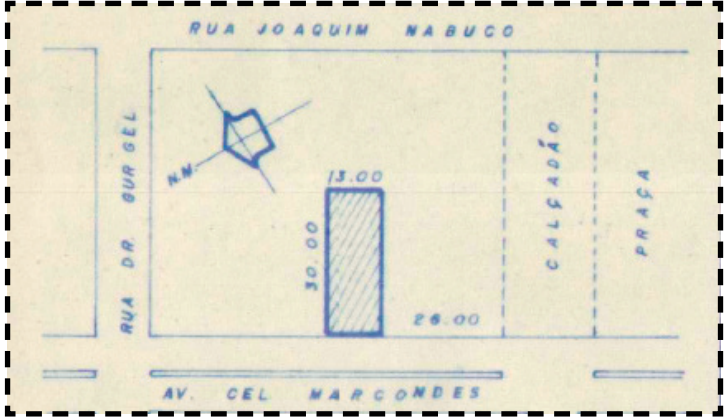


Figura 53: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Shopping Centro e Floricultura

Atual: Edifício abandonado

Localização (endereço): Avenida Coronel Marcondes, -
Bairro: Centro

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

2. Implantação

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 06/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 05/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 05/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

18/18

Integridade

16/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☒

☐

☐

INTEGRIDADE

☒

☐

☐

Ficha C

Nº. 01

INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente

Figura 54: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 55: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Permanece em boas condições, apesar de apresentar alguns pontos degradados. Considerando que o mesmo não está sendo utilizado, está conservada.

B. IMPLANTAÇÃO

Não houve modificação nos limites.

C. USOS

Transição de comercial para abandonado/inutilizado.

D. LOTE

Permaneceu sendo um imóvel de destaque na paisagem, devido a nenhum novo edifício ter sido implantado nos arredores.

E. EDIFICAÇÃO

As aberturas foram modificadas em partes e os acessos permaneceram intactos.

F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Não houve mudanças.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

Como o imóvel está abandonado não é possível discernir se o mesmo provê qualidade para o espaço, nem a percepção do mesmo com a rua. Em questões arquitetônicas, além dos elementos supracitados, temos elementos circulares e arcos sendo características de destaque na fachada.

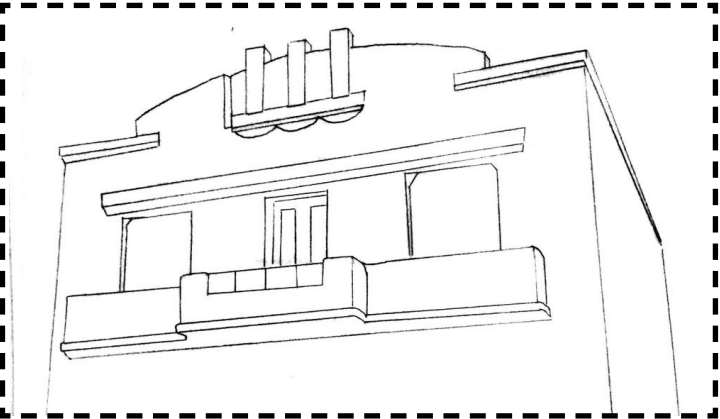


Figura 59: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

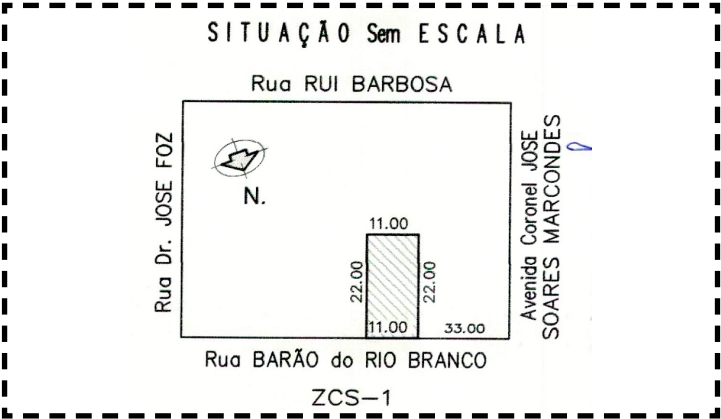


Figura 60: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Não identificado

Atual: Farmácia

Localização (endereço): Rua Barão do Rio Branco, 567 - Bairro: Centro

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

2. Implantação

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 06/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 05/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 05/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

16/18

Integridade

16/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☒

☐

☐

INTEGRIDADE

☒

☐

☐

Ficha C

Nº. 02

INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente

Figura 61: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 62: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Permanece em boas condições, apresentando apenas sujeira e desgase do tempo.

B. IMPLANTAÇÃO

Foi verificada a ampliação por parte da planta de Prefeitura.

C. USOS

O uso inicial não foi identificado.

D. LOTE

Apesar de ser adjacente à um alto edifício, o imóvel ainda se destaca na paisagem, devido ao contraste de arquitetura e altura, tanto com o edifício quanto com outro imóvel.

E. EDIFICAÇÃO

As aberturas foram modernizadas para condizer com o novo uso.

F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Não houve mudanças.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

O imóvel apresenta imponência apesar da sua escala em relação ao entorno, devido a sua expressão arquitetônica. Em relação à rua, o imóvel está parcialmente encoberto pelos cabos de energia, o que não é suficiente para reduzir sua grandiosidade. Seu uso não condiz com o uso proposto para tal arquitetura.

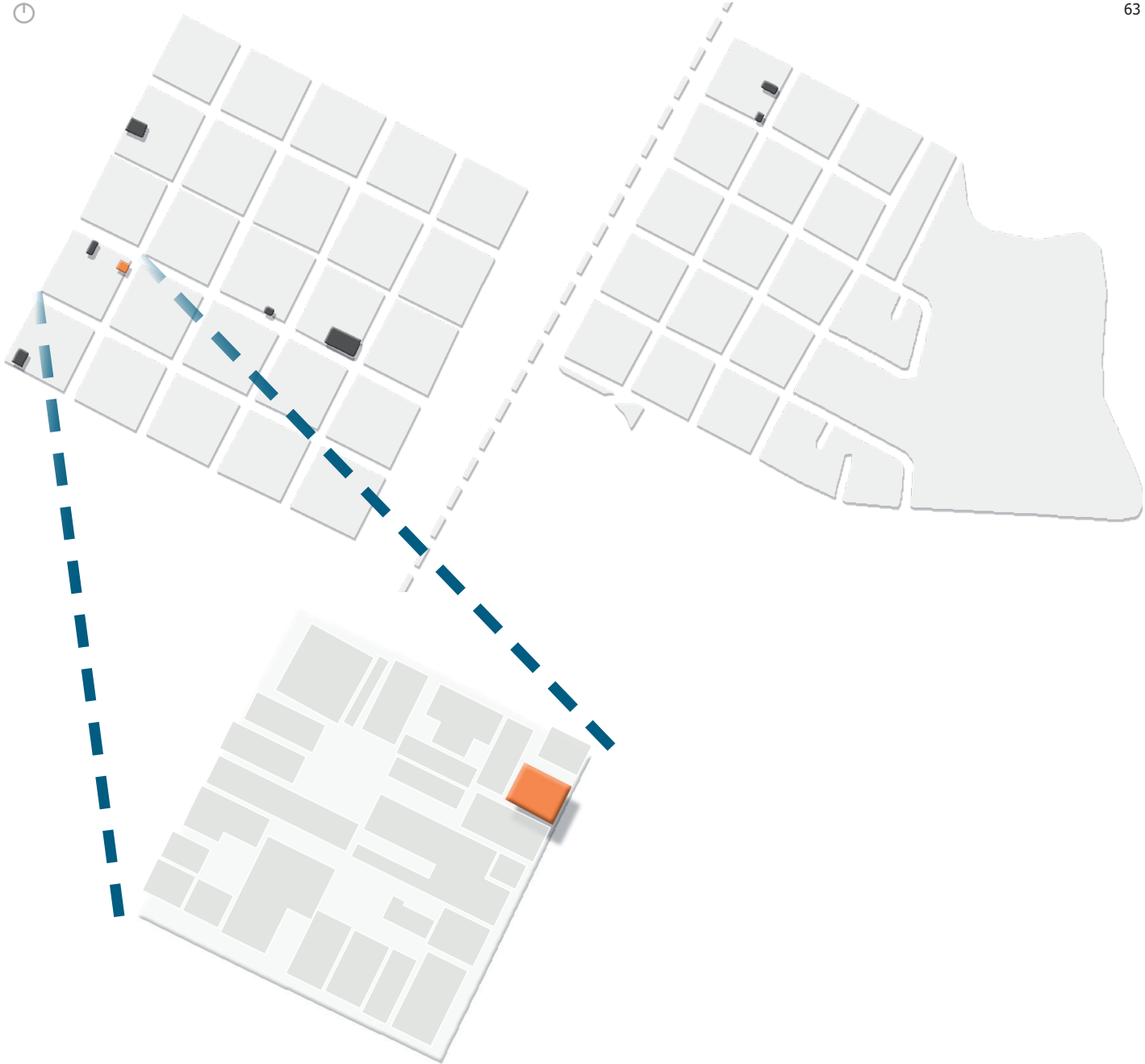


Figura 63: Mapas de localização do imóvel em relação aos dois bairros e em relação ao entorno próximo no quarteirão.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

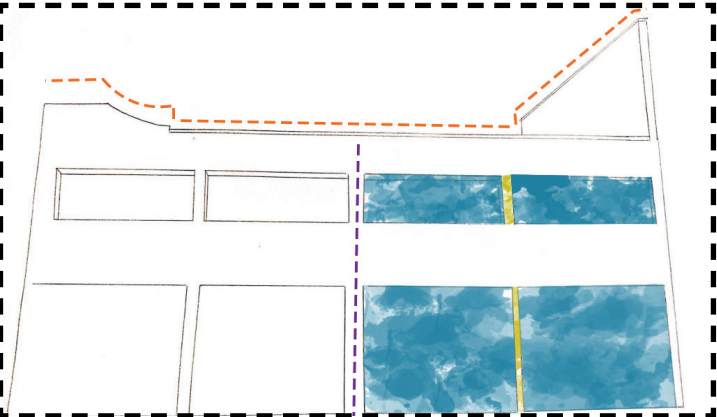


Figura 64: Croqui com pontos analisados destacados.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

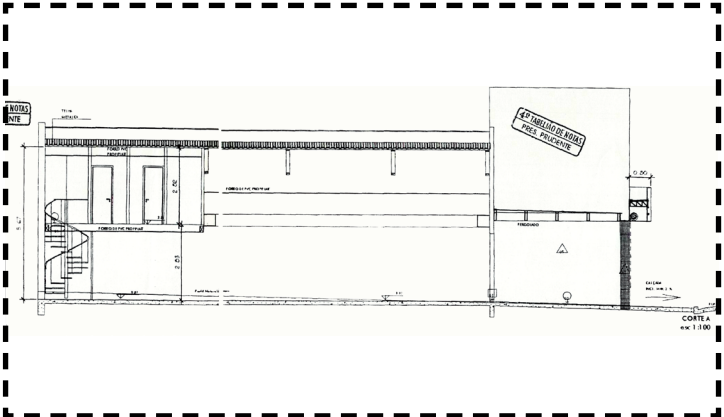


Figura 65: Corte do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANÁLISE MORFOLÓGICA

A. SUPERFÍCIE DE COBERTURA

☐ Escalonada	☐ Trapezoidal
☐ Coroamento	☒ Mista

B. ELEMENTOS

☐ Linha (vertical)	☒ Forma (retangular)
☐ Prisma (triangular)	

C. ARRANJO DOS ELEMENTOS

☐ Repetição horizontal	☐ Rotação
☐ Repetição vertical	☐ Gradação
☐ Repetição diagonal	☐ Justaposição
☒ Espelhamento	☐ Sobreposição

D. GRUPOS PERCEPTUAIS

☒ Proximidade	☐ Justaposição
☐ Enclausuramento	☐ Fusão
☐ Fechamento	☐ Sobreposição

AVALIAÇÃO DA ARQUITETURA - ESTADO DE CONSERVAÇÃO

PONTUAÇÃO

Superfície de cobertura	3	2	1
Elementos	☐	☒	☐
Arranjo dos elementos	☒	☐	☐
Grupos perceptuais	☒	☐	☐

Pontuação Final 09/12

AVALIAÇÃO FINAL

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Bom	Regular	Ruim
	☐	☒	☐

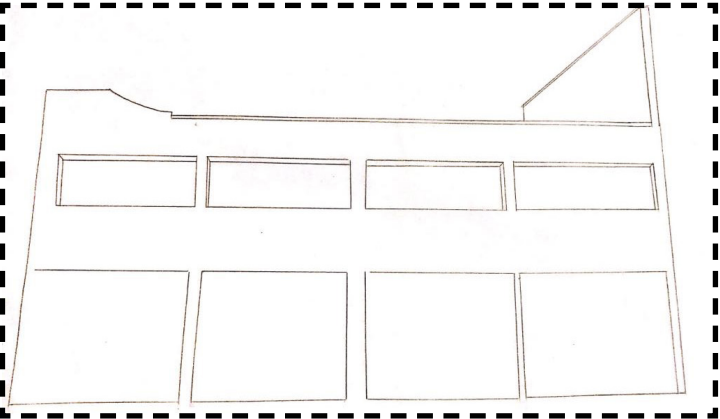


Figura 66: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

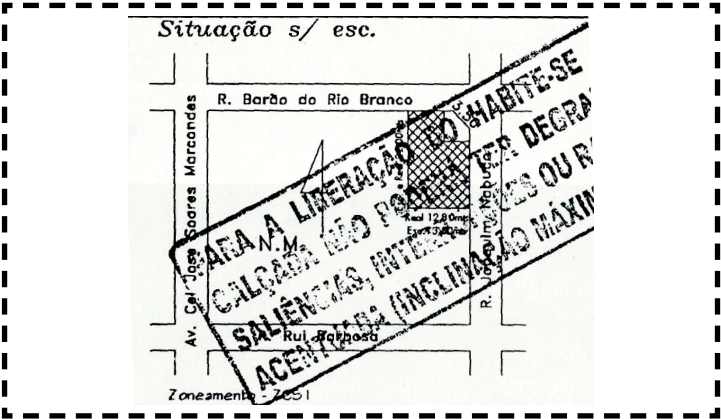


Figura 67: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Não identificado

Atual: Lojas Comerciais

Localização (endereço): Rua Joaquim Nabuco, 708 - Bairro: Centro

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☐3

☐2

☒1

Integridade

☐3

☐2

☒1

2. Implantação

Caráter

☐3

☐2

☒1

Integridade

☐3

☒2

☐1

Caráter 02/06

Integridade 03/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☐3

☐2

☒1

Integridade

☐3

☒2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☐3

☐2

☒1

Integridade

☐3

☐2

☒1

Caráter 02/06

Integridade 03/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☐3

☐2

☒1

Integridade

☐3

☐2

☒1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☐3

☐2

☒1

Integridade

☐3

☒2

☐1

Caráter 02/06

Integridade 03/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

06/18

Integridade

09/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☐

☐

☒

INTEGRIDADE

☐

☒

☐

Ficha C

Nº. 03

INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente

Figura 68: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 69: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Apresenta diferença nas alturas das platibandas.

B. IMPLANTAÇÃO

Não houve modificação nos limites.

C. USOS

Mudança nos usos comerciais.

D. LOTE

Imóvel não tem expressão em relação ao entorno, trata-se de um imóvel esmaecido na paisagem.

E. EDIFICAÇÃO

As aberturas foram modificadas em partes para adaptação de instalações de ar-condicionado e os acessos permaneceram intactos.

F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Não houve mudanças.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

O imóvel não agrega qualidade espacial devido a poluição visual atribuída ao mesmo, com os toldos, propagandas das lojas e ar-condicionado aparente. Devido a inexistência de recuo, quase não há distinção entre o espaço público e privado. O uso não condiz com o intuito da arquitetura e a expressão da mesma não é marcante.

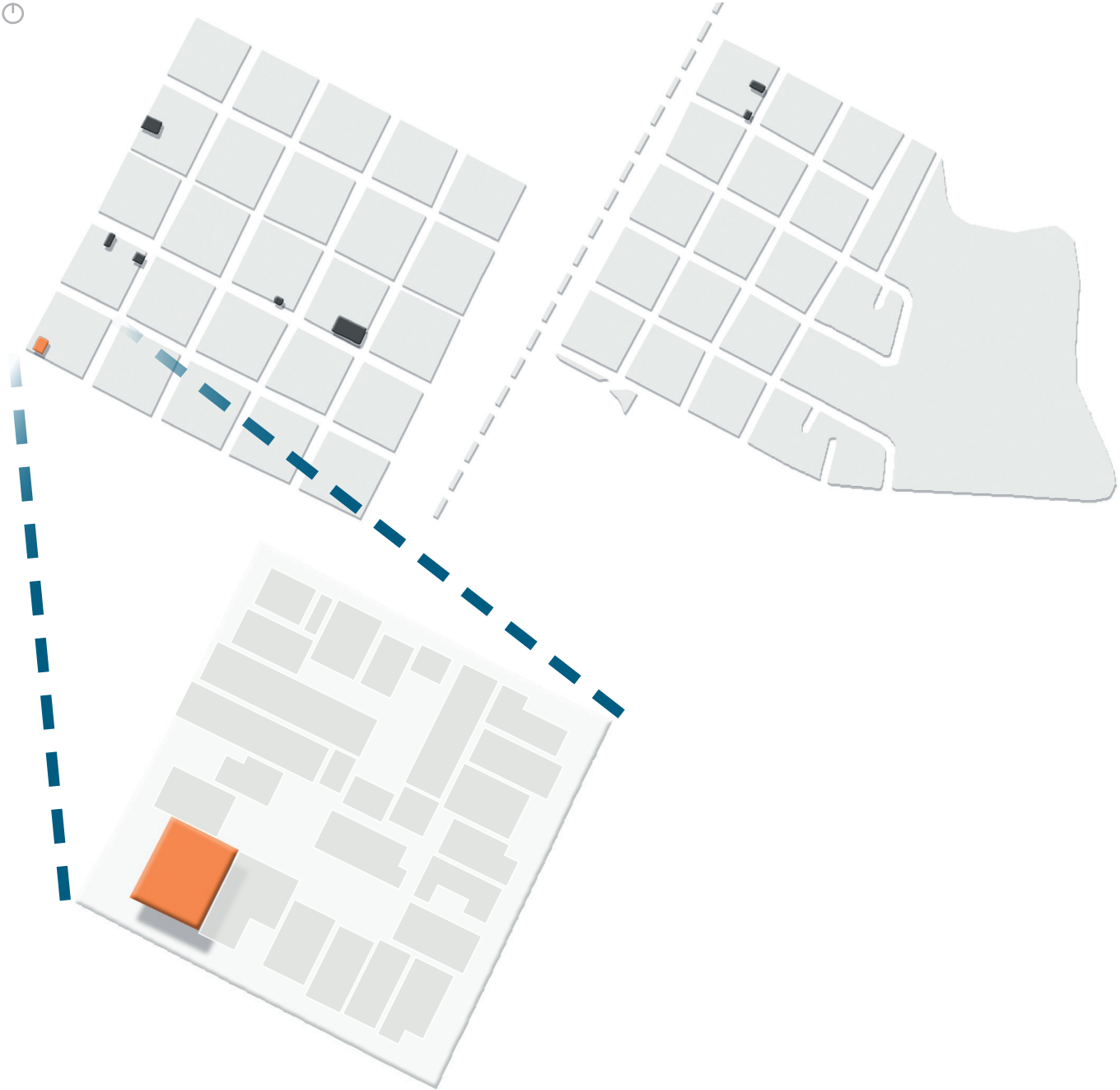


Figura 70: Mapas de localização do imóvel em relação aos dois bairros e em relação ao entorno próximo no quarteirão.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

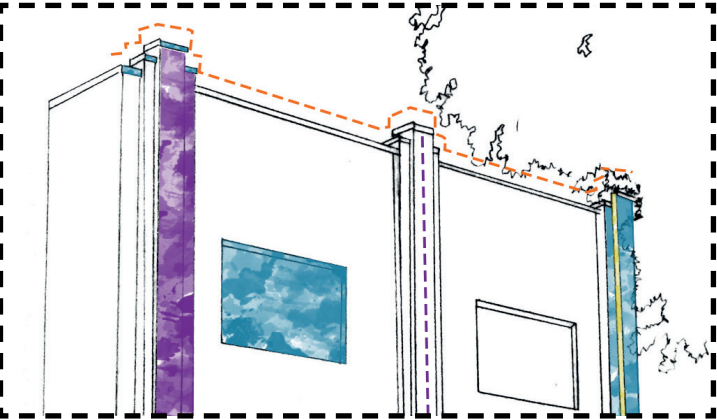
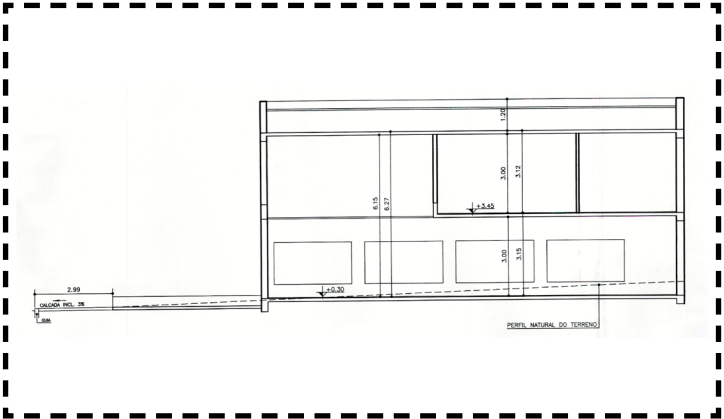


Figura 71: Croqui com pontos analisados destacados.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.



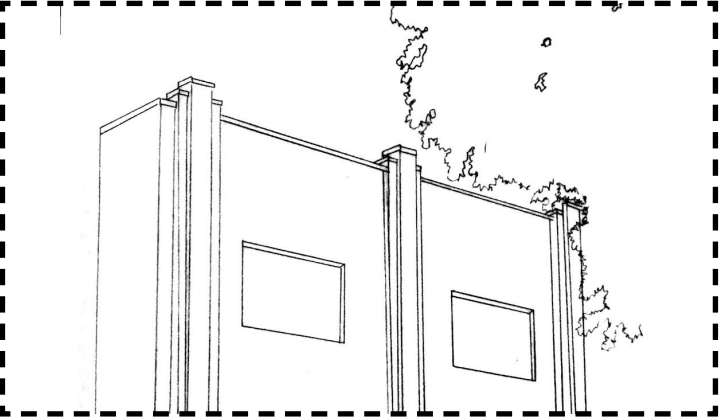


Figura 73: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.



Figura 74: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Residencial

Atual: Lotérica

Localização (endereço): Avenida Manoel Goulart, 514 - Bairro: Centro

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

2. Implantação

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 06/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 06/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 05/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

16/18

Integridade

16/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☒

☐

☐

INTEGRIDADE

☒

☐

☐

Ficha C

Nº. 04

INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente

Figura 75: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 76: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Permanece em boas condições.

B. IMPLANTAÇÃO

Não houve modificação nos limites.

C. USOS

Transição de residencial para comercial.

D. LOTE

Imóvel ofuscado pela massa vegetativa e fiação.

E. EDIFICAÇÃO

Não houve alterações.

F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Não houve mudanças.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

Há o agregamento de qualidade espacial com a expressão da arquitetura. O imóvel não apresenta recuo, dessa forma o interior e exterior se interlaçam, tendo densa conexão. O uso não condiz com a arquitetura. A arquitetura Déco Sertanejo foi preservada apesar de ter sido realizada a transição dos usos.



77

Figura 78: Croqui com pontos analisados destacados.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

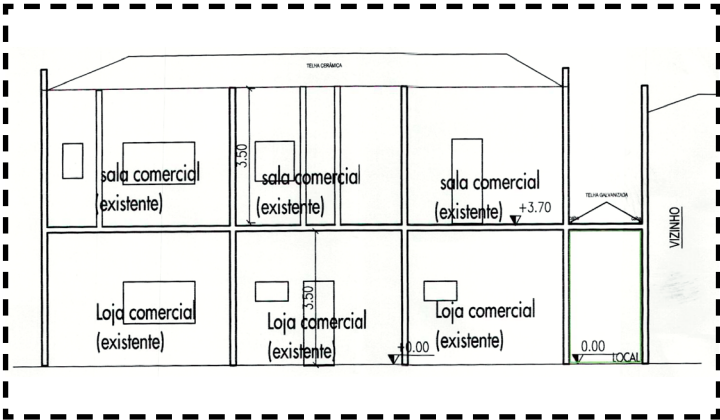


Figura 79: Corte do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANÁLISE MORFOLÓGICA

A. SUPERFÍCIE DE COBERTURA

- ☒ Escalonada
 ☐ Trapezoidal
- ☐ Coroamento
 ☐ Mista

C. ARRANJO DOS ELEMENTOS

- ☒ Repetição horizontal
 - ☐ Repetição vertical
 - ☐ Repetição diagonal
 - ☒ Espelhamento
 - ☐ Rotação
 - ☐ Gradação
 - ☐ Justaposição
 - ☐ Sobreposição

B. ELEMENTOS

- ☐ Linha (vertical)
 ☒ Forma (retangular)
- ☒ Prisma (triangular)

D. GRUPOS PERCEPTUAIS

- | | |
|---|---------------------------------------|
| ☒ Proximidade | ☐ Justaposição |
| ☐ Enclausuramento | ☐ Fusão |
| ☐ Fechamento | ☐ Sobreposição |

AVALIAÇÃO DA ARQUITETURA - ESTADO DE CONSERVAÇÃO

PONTUAÇÃO

	3	2	1
Superfície de cobertura			
Elementos			
Arranjo dos elementos			
Grupos perceptuais			

Pontuação
Final 07/12

AVALIAÇÃO FINAL

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Bom	Regular	Ruim

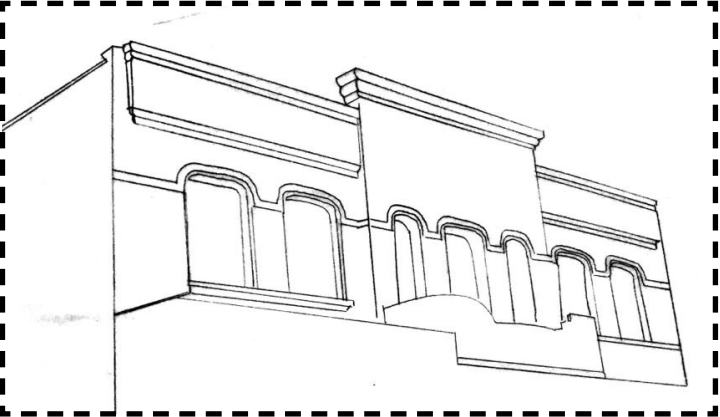


Figura 80: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.



Figura 81: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Não identificado

Atual: Relojoaria

Localização (endereço): Rua Barão do Rio Branco, 338 - Bairro: Centro

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

2. Implantação

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 06/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 04/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☐3

☐2

☒1

Integridade

☐3

☐2

☒1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

Caráter 03/06

Integridade 03/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

14/18

Integridade

13/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☐

☒

☐

INTEGRIDADE

☐

☒

☐

Ficha C

Nº. 05

INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente

Figura 82: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 83: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Apresenta-se desgatada devido ações do tempo e falta de cuidado para preservação dos elementos que compõem os detalhes Déco Sertanejo do imóvel.

B. IMPLANTAÇÃO

Não houve modificação nos limites.

C. USOS

Mudança nos usos comerciais.

D. LOTE

Permaneceu sendo um imóvel de destaque na paisagem, apesar de sua degradação contínua.

E. EDIFICAÇÃO

Não houve mudanças.

F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Foram suprimidos com o decorrer do tempo.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

O imóvel não agrega qualidade espacial devido a sua degradação, assim como os outros imóveis comerciais, não apresenta recuo e tem relação direta com o meio público. O uso não condiz com a expressão arquitetônica e detalhes dos ornamentos foram apagados com o tempo.

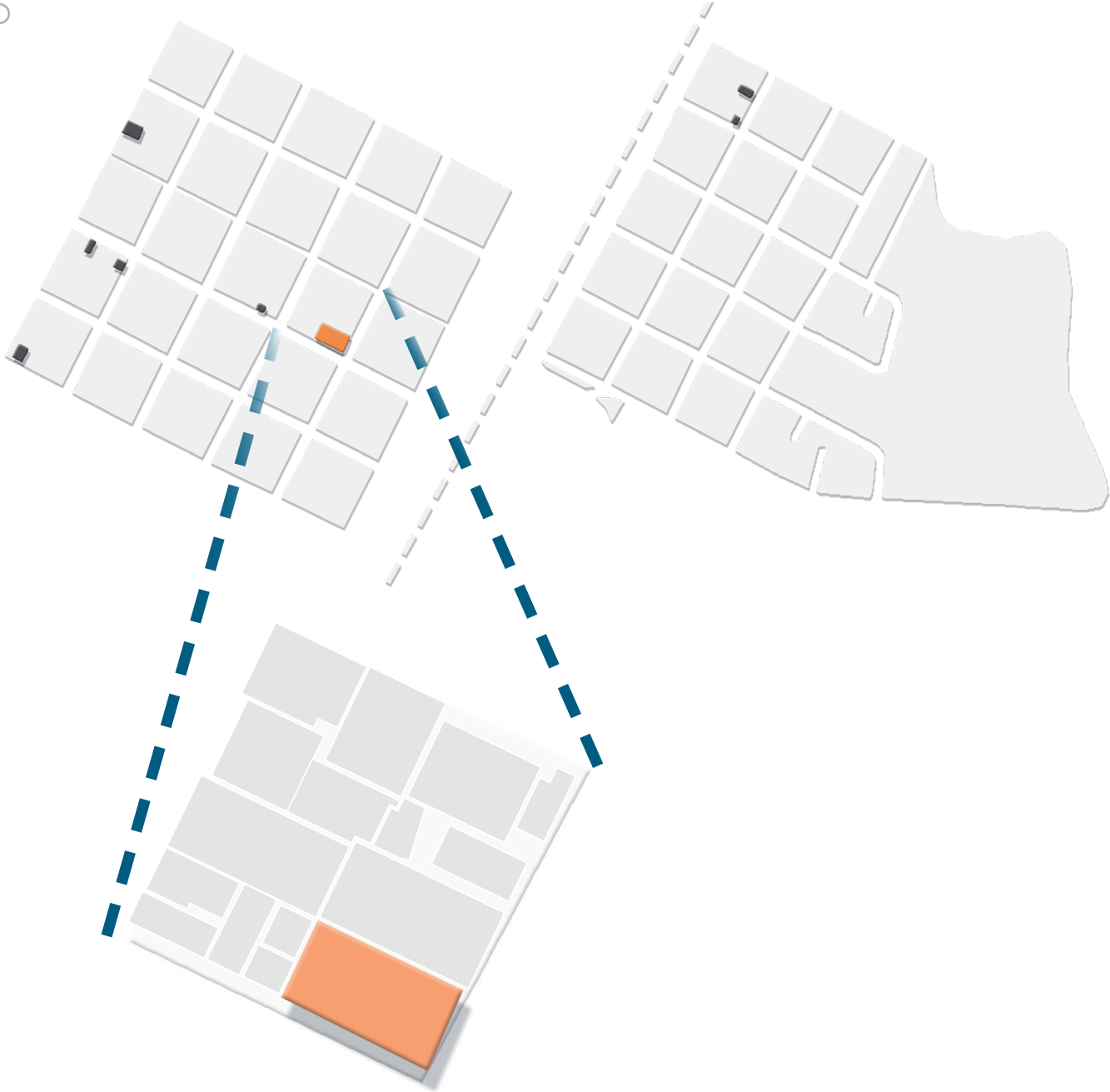


Figura 84: Mapas de localização do imóvel em relação aos dois bairros e em relação ao entorno próximo no quateirão.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

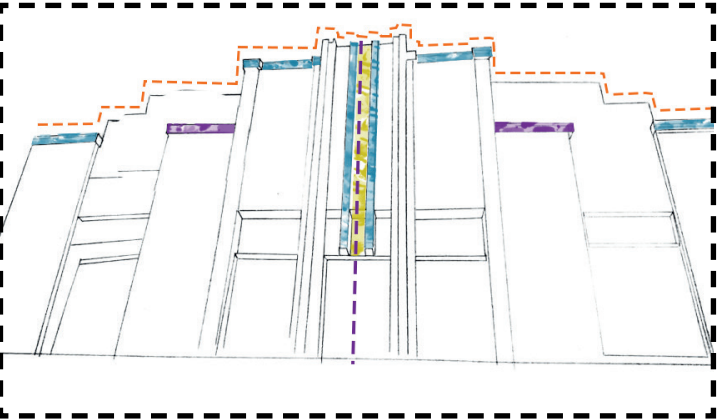


Figura 85: Croqui com pontos analisados destacados.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

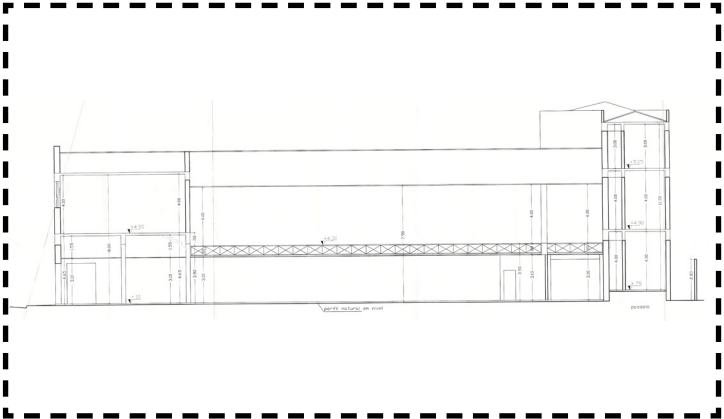


Figura 86: Corte do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANÁLISE MORFOLÓGICA

A. SUPERFÍCIE DE COBERTURA

☒ Escalonada

☐ Trapezoidal

☐ Coroamento

☐ Mista

B. ELEMENTOS

☒ Linha (vertical)

☒ Forma (retangular)

☐ Prisma (triangular)

C. ARRANJO DOS ELEMENTOS

☒ Repetição horizontal

☐ Rotação

☐ Repetição vertical

☐ Gradação

☐ Repetição diagonal

☐ Justaposição

☒ Espelhamento

☐ Sobreposição

D. GRUPOS PERCEPTUAIS

☒ Proximidade

☐ Justaposição

☐ Enclausuramento

☐ Fusão

☐ Fechamento

☐ Sobreposição

AVALIAÇÃO DA ARQUITETURA - ESTADO DE CONSERVAÇÃO

PONTUAÇÃO

	3	2	1
Superfície de cobertura	☒	☐	☐
Elementos	☒	☐	☐
Arranjo dos elementos	☒	☐	☐
Grupos perceptuais	☒	☐	☐

Pontuação Final 12/12

AVALIAÇÃO FINAL

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Bom

Regular

Ruim

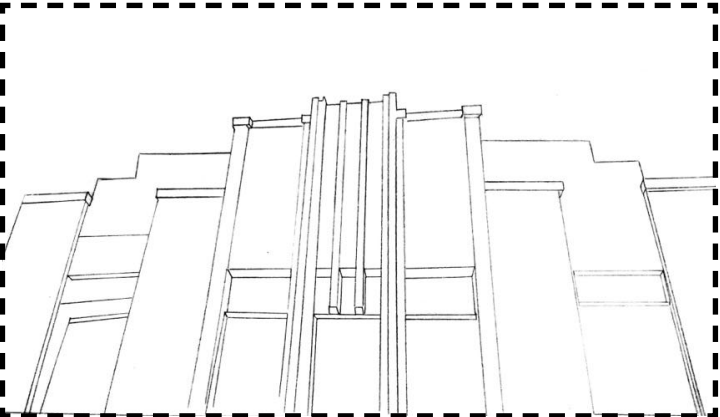


Figura 87: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

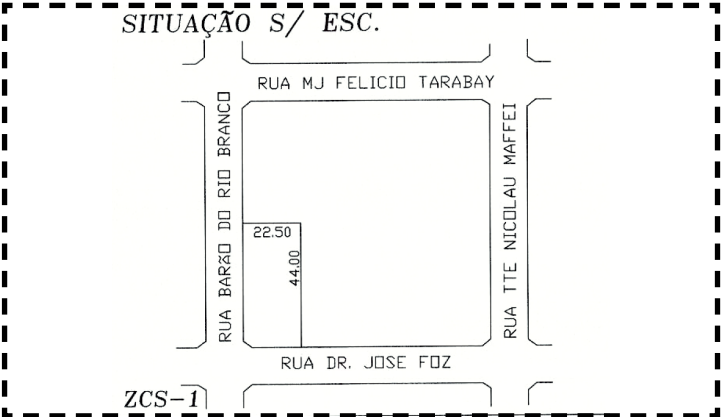


Figura 88: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Antigo Cinema

Atual: Loja para bebês

Localização (endereço): Rua Dr. José Foz, 554 - Bairro: Centro

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

2. Implantação

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 06/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 05/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 06/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

17/18

Integridade

17/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☒

☐

☐

INTEGRIDADE

☒

☐

☐

Ficha C

Nº. 06

INVENTÁRIO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - Presidente Prudente

Figura 89: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 90: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Permanece em boas condições, apesar das aberturas aparentemente realizadas posteriormente a construção do imóvel.

B. IMPLANTAÇÃO

Não houve modificação nos limites.

C. USOS

Transição nos usos comerciais.

D. LOTE

Apesar da fiação em demasia na sua fachada, temos a monumentalidade do imóvel que, atualmente, divide-se em vários estabelecimentos comerciais, ocupando, considerável parcela da quadra.

E. EDIFICAÇÃO

As aberturas foram modificadas em partes e os acessos permaneceram intactos.

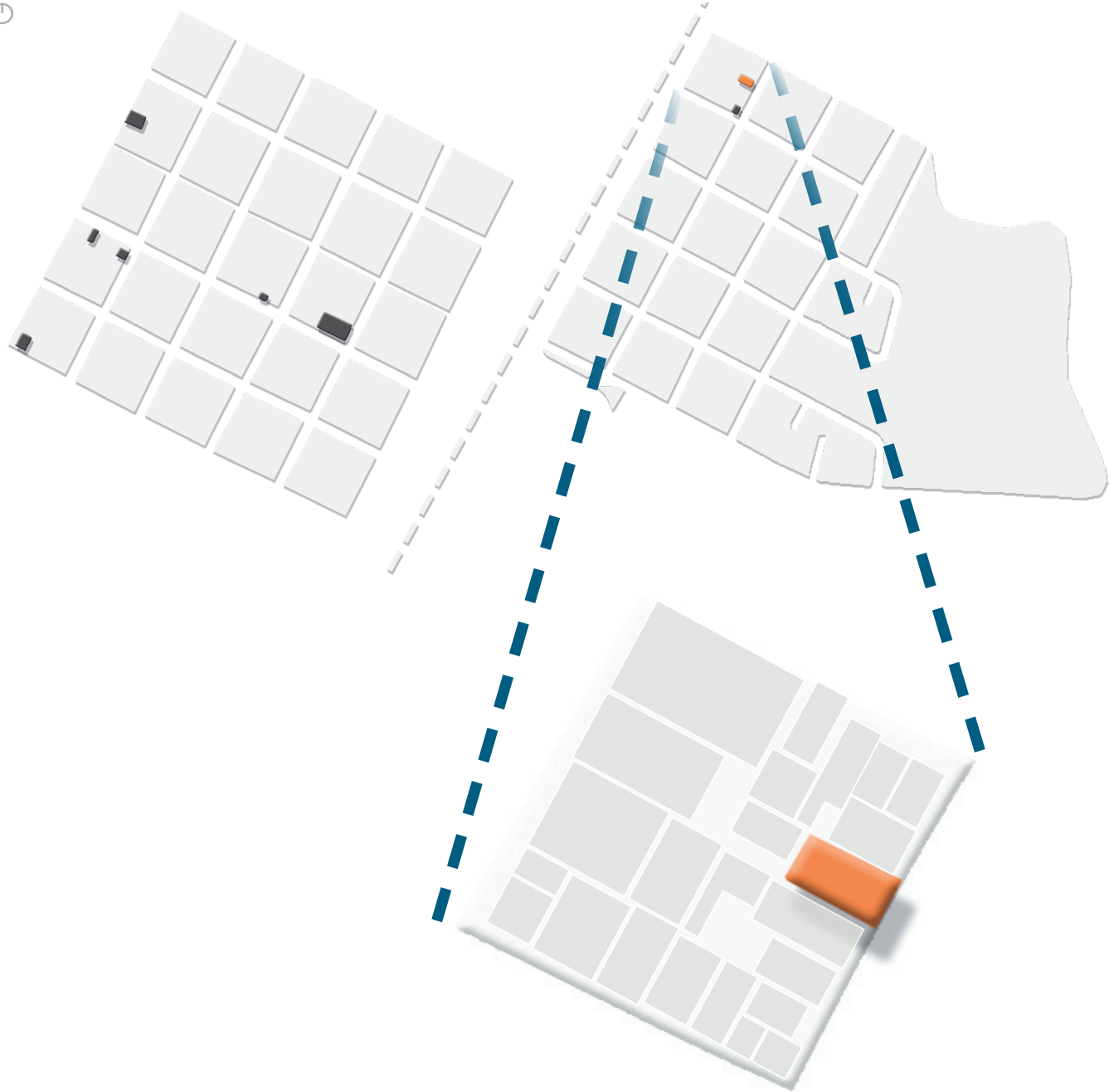
F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Não houve mudanças.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

O imóvel apresenta qualidade espacial em questão de monumentalidade, em como o imóvel se impõe no quarteirão em relação as outras edificações. Assim com outros imóveis comerciais, não há recuos e O uso não condiz com a arquitetura. O imóvel foi seccionado em menores estabelecimentos para otimizar a utilização do mesmo.



Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

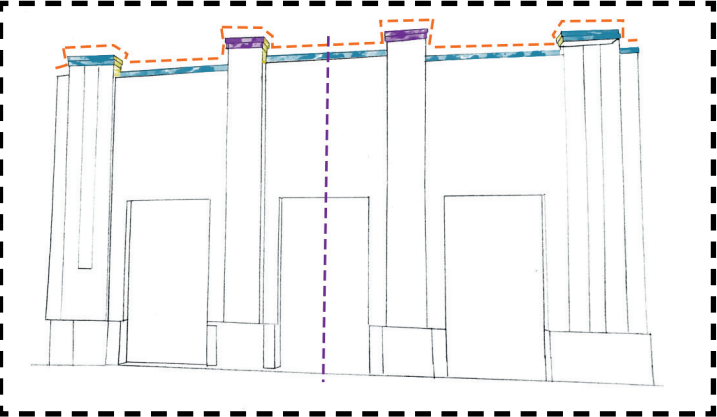


Figura 92: Croqui com pontos analisados destacados.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

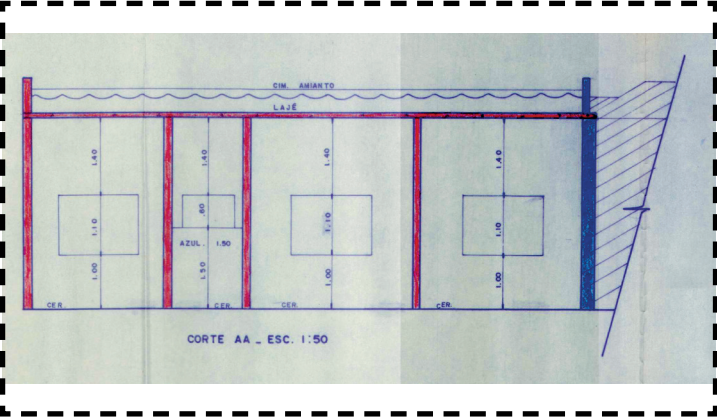


Figura 93: Corte do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

A. SUPERFÍCIE DE COBERTURA

☐ Escalonada	☐ Trapezoidal
☒ Coroamento	☐ Mista

B. ELEMENTOS

☒ Linha (vertical)

☐ Forma (retangular)

☐ Prisma (triangular)

C. ARRANJO DOS ELEMENTOS

☒ Repetição horizontal	☐ Rotação
☐ Repetição vertical	☐ Gradação
☐ Repetição diagonal	☐ Justaposição
☒ Espelhamento	☐ Sobreposição

D. GRUPOS PERCEPTUAIS

☒ Proximidade	☐ Justaposição
☐ Enclausuramento	☐ Fusão
☐ Fechamento	☐ Sobreposição

AVALIAÇÃO DA ARQUITETURA - ESTADO DE CONSERVAÇÃO

PONTUAÇÃO		3	2	1	
Superfície de cobertura					
Elementos					
Arranjo dos elementos					
Grupos perceptuais					
					Pontuação Final 08/12

AVALIAÇÃO FINAL			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Bom	Regular	Ruim
	☐	☒	☐

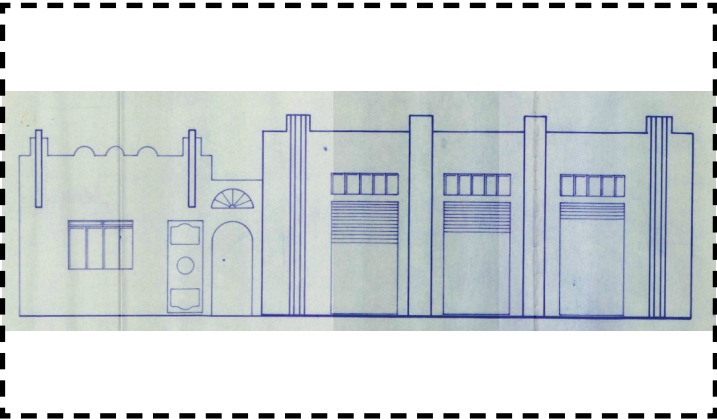


Figura 94: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

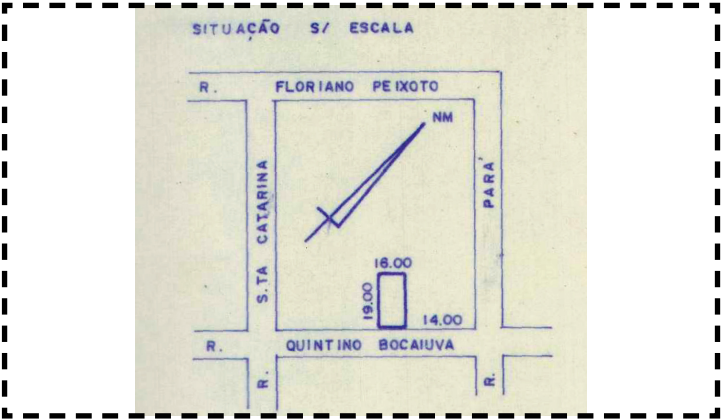


Figura 95: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Salas e escritórios

Atual: Loja de materiais de construção

Localização (endereço): Rua Quintino Bocaiuva, 615 - Bairro: Vila Marcondes

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

2. Implantação

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 06/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 04/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☐3

☒2

☐1

Integridade

☐3

☐2

☒1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 05/06

Integridade 04/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

15/18

Integridade

14/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☒

☐

☐

INTEGRIDADE

☐

☒

☐



Figura 96: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 97: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Apresenta desgaste devido ao tempo e falta de conservação.

B. IMPLANTAÇÃO

Houve ampliação do imóvel.

C. USOS

Transição de usos comerciais.

D. LOTE

Apesar de seus robustos pilares e do contraste com a parte destoante do imóvel, o mesmo não se destaca na paisagem.

E. EDIFICAÇÃO

Os acessos foram adaptados para o novo uso.

F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Não houve mudanças.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

Apesar da utilização do imóvel, o mesmo apresenta considerável desgata pelo tempo. Não apresentando recuo, o mesmo tem permeabilidade entre o espaço público e privado. O sentido do uso não condiz com a arquitetura. Em questões arquitetônicas, o imóvel apresenta pouca expressividade.

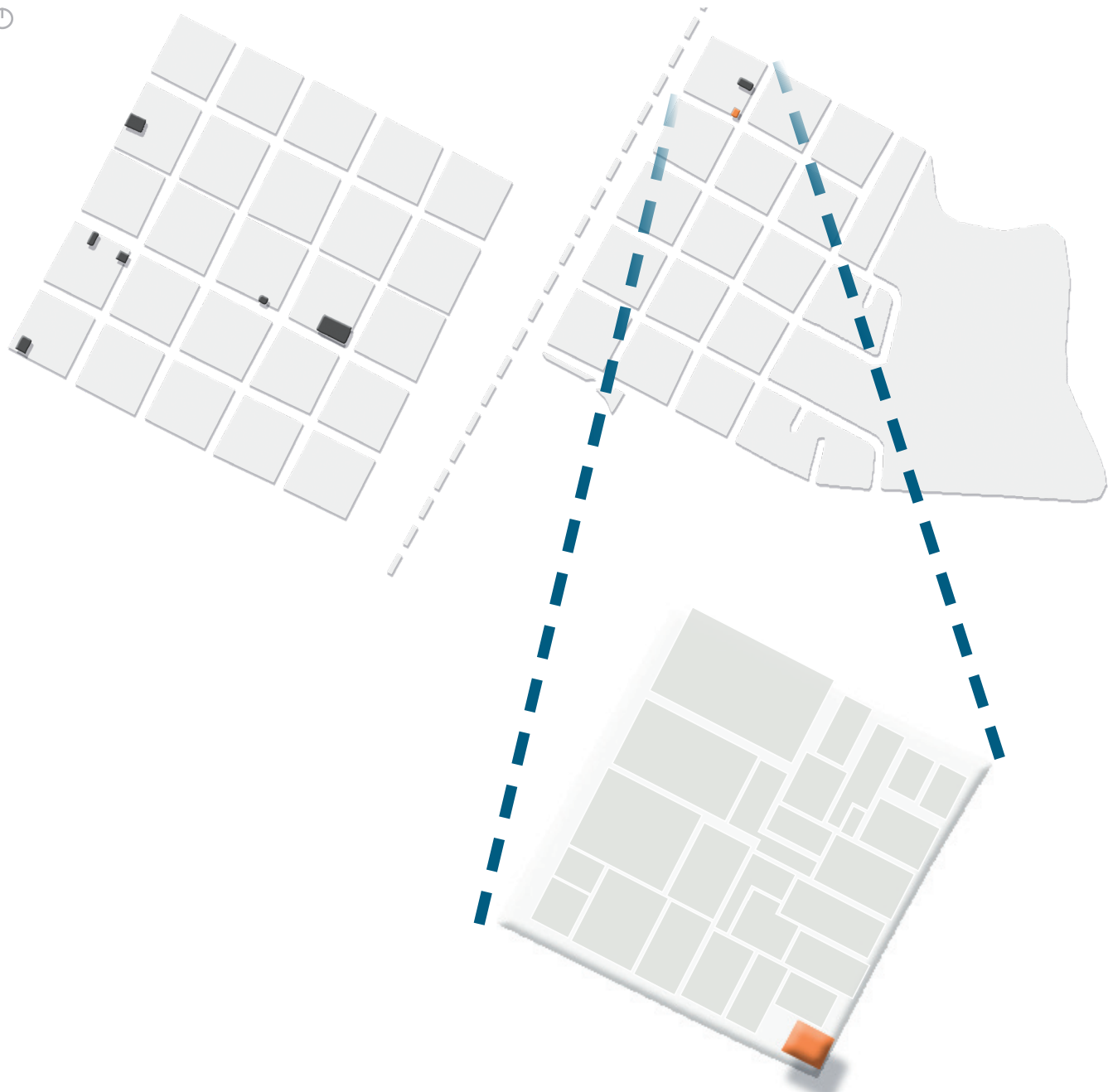


Figura 98: Mapas de localização do imóvel em relação aos dois bairros e em relação ao entorno próximo no quateirão.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

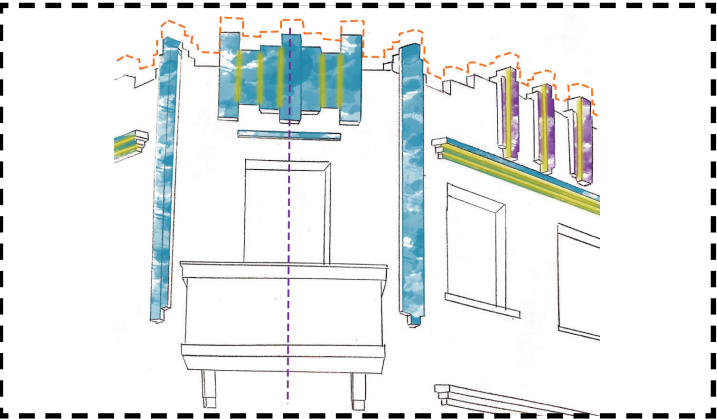


Figura 99: Croqui com pontos analisados destacados.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

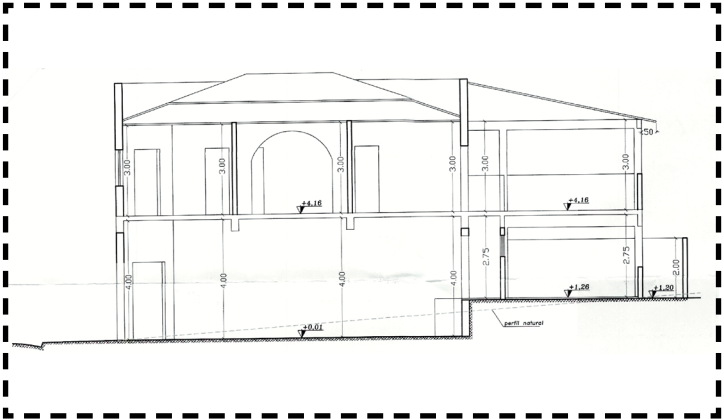


Figura 100: Corte do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANÁLISE MORFOLÓGICA																
A. SUPERFÍCIE DE COBERTURA ☒ Escalonada ☐ Trapezoidal ☒ Coroamento ☐ Mista	B. ELEMENTOS ☒ Linha (vertical) ☐ Prisma (triangular) ☒ Forma (retangular)															
C. ARRANJO DOS ELEMENTOS ☒ Repetição horizontal ☐ Repetição vertical ☐ Repetição diagonal ☒ Espelhamento ☐ Rotação ☐ Gradação ☐ Justaposição ☐ Sobreposição	D. GRUPOS PERCEPTUAIS ☒ Proximidade ☐ Enclausuramento ☐ Fechamento ☐ Justaposição ☒ Fusão ☐ Sobreposição															
AVALIAÇÃO DA ARQUITETURA - ESTADO DE CONSERVAÇÃO																
PONTUAÇÃO Superfície de cobertura Elementos Arranjo dos elementos Grupos perceptuais	<table><tr><td>3</td><td>2</td><td>1</td></tr><tr><td>☒</td><td>☐</td><td>☐</td></tr><tr><td>☒</td><td>☐</td><td>☐</td></tr><tr><td>☒</td><td>☐</td><td>☐</td></tr><tr><td>☒</td><td>☐</td><td>☐</td></tr></table> Pontuação Final 12/12	3	2	1	☒	☐	☐	☒	☐	☐	☒	☐	☐	☒	☐	☐
3	2	1														
☒	☐	☐														
☒	☐	☐														
☒	☐	☐														
☒	☐	☐														
AVALIAÇÃO FINAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO ☒ Bom ☐ Regular ☐ Ruim																

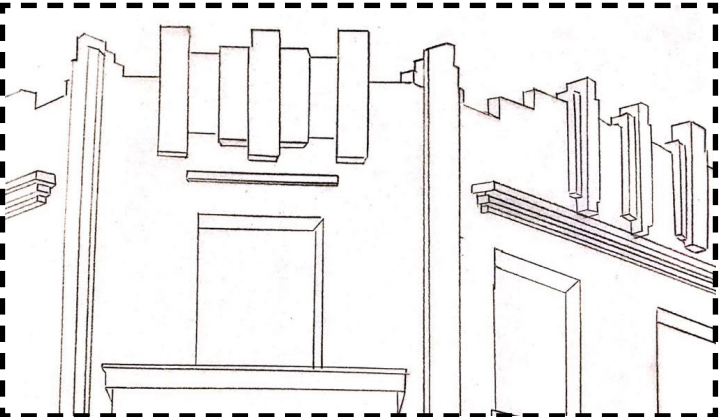


Figura 101: Croqui da fachada do imóvel.
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2018.

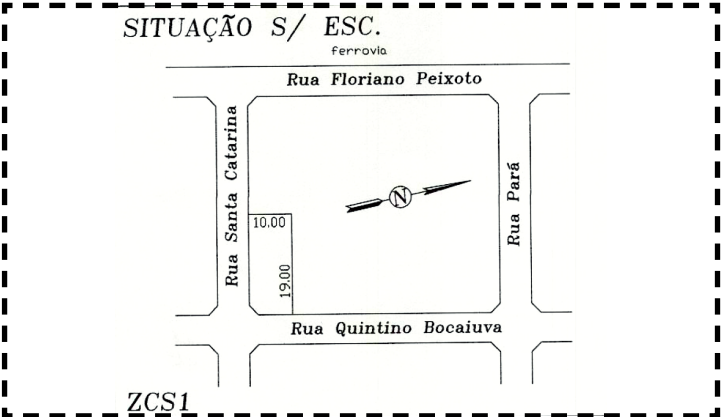


Figura 102: Implantação antiga do imóvel.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Inicial: Não identificado

Atual: Loja de artigos religiosos

Localização (endereço): Rua Quintino Bocaiuva, 569 - Bairro: Vila Marcondes

☐Residencial

☒Comercial

☐Misto

☐Outros

I. DO OUTRO LADO DA RUA

A. LOTE

1. Entorno/Visibilidade

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

2. Implantação

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 06/06

B. EDIFICAÇÃO

3. Aberturas e acessos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

4. Superfície de cobertura

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 05/06

II. A UM METRO DE DISTÂNCIA

C. EDIFICAÇÃO - DETALHES

5. Ornamentos Fachada

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☐3

☒2

☐1

6. Arranjos dos elementos

Caráter

☒3

☐2

☐1

Integridade

☒3

☐2

☐1

Caráter 06/06

Integridade 05/06

PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO

Caráter

18/18

Integridade

16/18

AVALIAÇÃO FINAL

Bom

Regular

Ruim

CARÁTER

☒

☐

☐

INTEGRIDADE

☒

☐

☐



Figura 103: Fachada do imóvel.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 104: Implantação atual do imóvel.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA DÉCO SERTANEJO - ANTIGO X ATUAL

A. FACHADA

Apresenta desgastes devido ao tempo e falta de manutenção para conservação do imóvel.

B. IMPLANTAÇÃO

Não houve modificação nos limites.

C. USOS

Não foi identificado o uso antigo.

D. LOTE

Imóvel localizado na esquina com a fachada se abrindo para rua, apresentando acentuado destaque.

E. EDIFICAÇÃO

Não houve modificações.

F. EDIFICAÇÃO - DETALHES

Não houve mudanças.

ANÁLISE SENSORIAL

A. QUALIDADE ESPACIAL, RELAÇÃO COM A RUA, SENTIDO DO USO E CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

O imóvel revela qualidade espacial pela forma que se impõe na paisagem. Assim como todos os imóveis supracitados, sua relação com o espaço público é permeável, devido a não existência de recuo. Dentre todos os imóveis, este é o que o uso tem maior sentido com a arquitetura. A arquitetura Déco Sertanejo é extremamente expressiva.



PROPOSTAS

O inventário é um dos instrumentos que possibilita preservação do patrimônio e a conservação da memória. No qual temos uma documentação que cataloga os imóveis, como no caso do realizado acima. Adiante, são necessários instrumentos que direcionem para a tomada de providência de forma que se cumpram a preservação e conservação dos imóveis.

Sendo assim, após a criação do inventário foram realizados estudos em esferas distintas para se encaminharem as possíveis providências de conservação e preservação. Foram analisados as esferas que englobam o legislativo e patrimonial.

Na esfera do legislativo, temos três âmbitos, o Federal, Estadual e Municipal, as quais, respectivamente, cobrem as seguintes leis:

- **Constituição Federal/1988:** define quais o que é patrimônio cultural e como o Estado promove e protege o mesmo.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e

imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No âmbito Estadual, temos:

- **Constituição do Estado de São Paulo/1989:** que assim como a Constituição Federal, define o que constitui patrimônio, porém, na esfera Estadual.

Art. 260 - Constituem patrimônio cultural estadual os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem:

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Decreto Estadual nº. 13.426/79 foi revogado pelo nº. 20.955, de 1º de Junho de 1983, exceto quanto aos

Artigos 134 a 149 que permanecem em vigor por força do Artigo 158 do Decreto 50.941/06:

Art. 158 - Os bens que compõem o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado serão defendidos e preservados pelo processo de tombamento nos termos da legislação federal pertinente, bem como na forma prevista neste decreto e nos Artigos 134 a 149 do Decreto 13.426, de 16 de Março de 1979.

- **Decreto Estadual nº 13.426/1979:** Do artigo 134 ao 149, dispõe sobre o processo de tombamento, contendo ao Art. 137 com a redação alterada pelo Decreto 48.137 de 07/10/2003. (ver anexo B).

Por fim, na esfera legislativa, no âmbito Municipal, temos a revisão do Plano Diretor do Município de Presidente Prudente realizada no primeiro trimestre de 2018 com o intuito de promover a atualização de temáticas relevantes.

O Plano Diretor está previsto na Constituição Federal de 1988, na subcategoria de Política Urbana nos Artigos 182 e 183:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público

municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

E também está previsto no Estatuto da Cidade de 2001. Sendo a legislação que regulamenta a Política Urbana da Constituição Brasileira (supracitada). De acordo com o Estatuto da Cidade, Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", obrigatório aos municípios:

- com mais de 20 mil habitantes ou conurbados;
- integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

As diretrizes do Plano Diretor de Presidente Prudente foram instituídas no ano de 2008. As seguintes Leis Complementares de 2008 foram revistas e apresentam os seguintes instrumentos para Patrimônio no Município:

- **Lei Complementar 151/2008:** dispõe sobre a Lei do Plano Diretor do Município e dá outras providências;

Art. 7 - Este Plano Diretor rege-se pelas seguintes diretrizes:

VII - ordenado desenvolvimento econômico associado à preservação da memória e cultura local, garantindo a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural edificado;

Art. 20 - São objetivos gerais referentes às leis específicas e complementares a este Plano:

III - proteger e preservar os patrimônios históricos, artísticos, culturais, arqueológicos e paisagísticos;

Art. 27 - A política administrativa de planejamento contemplará a reestruturação administrativa:

§ 1º Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação:

1. promover o cadastramento do patrimônio público e privado, inclusive infraestrutura, dos equipamentos urbanos e dos serviços públicos;

Art. 43 - A política de cultura, turismo e lazer deverá contemplar, no mínimo, diretrizes, programas e projetos sobre:

V - constituir mecanismo de defesa e proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e arquitetônico do município, garantindo a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural edificado;

- **Lei Complementar 152/2008:** dispõe sobre a Lei de Normas para Edificações do Município e dá outras providências;

Art 6 - Além das obras e serviços citados no artigo 3º dependem de licenciamento prévio junto aos órgãos competentes do Município:

VI - a execução de restauro em edificações tombadas ou preservadas, desde que aprovadas pelos órgãos competentes do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico;

- **Lei Complementar 153/2008:** dispõe sobre a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, do Município e dá outras providências;

Art. 5º. O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV, atendendo a Lei Federal 10257/2001, será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade, quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;

Analizando a Legislação vigente em relação a salvaguarda do Patrimônio, é notável que há uma tentativa para preservação e conservação dos bens culturais, porém há determinadas falhas para tal.

Os Instrumentos Federais e Estadual discorrem apenas sobre a definição e conceituação do que consistem os bens, qualquer que seja sua categoria. O Estado vai um pouco adiante e discorre sobre o processo de tombamento de imóveis. Por fim, no Município, temos o Plano Diretor com as diretrizes para o patrimônio, as quais visam a salvaguarda dos bens, porém, a aplicação da legislação não ocorre de maneira eficiente.

À seguir, temos a esfera patrimonial:

No âmbito patrimonial, é de suma importância o conteúdo das Cartas Patrimoniais para definir os procedimentos que serão tomados para conversar e preservar o patrimônio nacional e internacional. Segue sua definição:

"As Cartas Patrimoniais são compromissos assinados por países e/ou instituições acerca da preservação do patrimônio cultural. São normas, procedimentos, concepções e conceitos acordados pelos signatários que orientaram, ou continuam orientando, as ações de preservação. (...) intuito é influenciar as práticas nacionais em função de padrões internacionais conjuntamente pactuados." (OLIVEIRA, 2011).

À seguir, temos as Cartas Patrimoniais relevantes para direcionar as proposições em conjunto com o âmbito legislativo e das áreas centro-hitóricas (abordadas em algumas Cartas Patrimoniais).

A organização das Cartas Patrimoniais na tabela foi feita em três blocos. O primeiro contém o ano em que foi realizada a Conferência, o segundo apresenta uma especificação sobre o evento e, por fim, temos uma breve explicação da relevância da Carta Patrimonial.

CARTAS PATRIMONIAIS

1931	Carta de Atenas Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações	- Utilização dos monumentos por meio de atividades de caráter histórico ou artístico; - Conciliamento do direito particular com o direito público; - Valorização dos monumentos - supressão de publicidade abusiva, cuidado com a vegetação; - Emprego de materiais deve ocorrer de forma a não degradar os elementos que devem ser preservados; - Análise minuciosa para verificar suas problemáticas; - Educação e respeito aos monumentos.
1933	Carta de Atenas Assembléia do CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna	O patrimônio histórico da cidade, seja este um edifício isolado ou conjuntos urbanos, devem ser salvaguardados. Contanto que expressem uma cultura prévia ou permeie o interesse geral. Salvo situações que sejam nocivas para a população.
1962	Recomendação Paris Paisagens e Sítios Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações - Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	- A salvaguarda das paisagens e sítios naturais deve estender-se ao meio urbano. Especialmente, protegendo-os de novas construções, especulação imobiliária e ao entorno próximo às obras; - Inserção, no planejamento urbano, de disposições sobre a salvaguarda das paisagens e sítios; - Estabelecimento do planejamento urbano conforme a urgência da região, devido a salvaguarda do caráter estético dos lugares; - Educação do público das normas para garantir a salvaguarda.

1964	Carta de Veneza II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos	- Manutenção permanente para conservação; - Destinar função útil à sociedade; - O restauro visa conservar e revelar valores estéticos do monumento, respeitando o material original e documentos autênticos;
1964	Recomendação de Paris Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	- Identificação e Inventário Nacional dos Bens Culturais; - Instituições de Proteção dos Bens Culturais; - Ação Educativa.
1970	Compromisso de Brasília 1º. Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais	- Conscientização nacional do passado por meio da inserção nos currículos escolares de todos os níveis; - Função das universidades: entrosar bibliotecas e arquivos públicos visando o incentivo à pesquisa do passado e avaliação de inventários; - Defesa do acervo arquivístico, à fim de evitar sua destruição.
1971	Compromisso de Salvador 2º. Encontro dos Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Ministério da Educação e Cultura. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	- Financiamento por meio de órgãos vinculados à habitação para custear eventuais obras em edifícios tombados; - Direcionar parte do Fundo de Participação dos Estados e Municípios definidas pelo Tribunal de Contas da União à museus, bibliotecas e arquivos; - Vínculo por meio de convênios entre IPHAN e universidades, visando sistematizar inventários dos bens móveis.

1972	Carta do Restauro Ministério de Instrução Pública Governo da Itália Circular nº.117	- Prevê a salvaguarda e restauração dos conjuntos de interesse monumental, histórico ou ambiental, particularmente os centro históricos; - Identificação de centro históricos, tanto dos antigos centros urbanos como dos assentamentos que tenham adquirido valor especial ou tenha características urbanísticas ou arquitetônicas particulares; - Para realizar a salvaguarda do conjunto urbanístico, deve haver a reorganização do centro histórico no contexto urbano e territorial, considerando possíveis desenvolvimentos no futuro; - Intervenções urbanísticas podem se caracterizar por reestruturação urbana, viária e revisão dos equipamentos urbanos, de acordo com o papel desempenhado pelo centro histórico.
1987	Carta de Petrópolis 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos	- Define sítio histórico urbano de forma ampla como região que engloba paisagens natural e construída além da vivência dos habitantes, considerando espaço de valores produzidos no passado e presente e a constante transformação dos espaços urbanos; - Prevê que a preservação do SHU deve ser prevista no planejamento urbano, de forma contínua e permanente; - Suporta o inventário como procedimento de análise e compreensão da realidade e ferramenta básica para conhecimento do acervo cultural e natural.
1996	Declaração São Paulo II Recomendações brasileiras à XI Assembléia eral do ICOMOS	Inserção de Educação Patrimonial em todos os níveis de ensino - promovendo cursos de identificação, reconhecimento e registro.

Baseando-se na legislação e Cartas Patrimoniais supracitadas, temos o embasamento necessário para o desenvolvimento de proposições que conduzam a continuidade da construção do inventário, e disposições gerias de melhoria no contexto do Município. Sendo as propostas focadas na Arquitetura Déco Sertanejo:

- 1) Lei de Inventário;
- 2) Lei de Tombamento dos imóveis relevantes;
- 3) Reestruturação Urbana do Centro Histórico;
- 4) Promoção da Educação Patrimonial;
- 5) Ampliação do Sistema de Informações;
- 6) Conselho de Defesa Patrimonial e Financiamento;
- 7) Proposta Final: Mapa Cultural de Identificação.

Devido a ausência de imóveis devidamente cadastrados junto à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, o inventário não pode ser mais completo. Dessa forma, a primeira proposição são diretrizes para a continuidade de sua criação. Sendo a mesma firmada por meio de parcerias, da Prefeitura e Universidades locais que contenham o curso de Arquitetura e Urbanismo, provendo bolsa de estudos para a realização da pesquisa.

O papel da Prefeitura seria prover o material existente aos estudantes, através da Secretaria de Planejamento. Enquanto os estudantes universitários iriam cadastrar os imóveis, por meio de trabalho de campo para realizar as devidas medições e registros com o intuito de desenvolver as plantas cadastrais de Prefeitura, de acordo com a legislação do Município, contendo representação suficiente para compreensão dos imóveis.

Sendo realizadas as plantas de Prefeitura, o inventário poderia ter continuidade, com a verificação da das datas das edificações por meio de estudo da periodicidade em que a estética Déco Sertanejo se insere e assim realizar o registro dos imóveis no Setor de Cadastro da Prefeitura do Município. Dando assim, continuidade ao inventário.

A legitimação do processo se daria por conta da Prefeitura do Município de Presidente Prudente. Através da Secretaria da Cultura, na qual estaria prevista a Lei de Inventário, prevendo o desenvolvimento do inventário. De forma que, o registro estaria previsto na legislação. Enaltecendo a necessidade de sua realização.

A segunda proposta é o Tombamento dos imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo relevantes, visando a preservação dos mesmo no Município. A necessidade de tombamento advém da salvaguarda prevista nas Cartas Patrimoniais de Atenas (1933), Recomendação Paris Paisagens e Sítios (1962), Carta de Restauo (1972) e da Lei de Tombamento prevista no Decreto Estadual nº 13.426/1979 (anexo B).

O intuito da criação da Lei de Tombamento de imóveis será prevista no Plano Diretor do Município na Lei Complementar 151/2008 na seção de diretrizes. Delimitando, inicialmente, a região específica do Centro Histórico, prevendo expansão de acordo com o mapa de expansão da malha urbana (anexo A).

A terceira proposição relaciona-se com o meio urbano, mais precisamente, o Sítio Urbano Histórico, o qual, de acordo com a Carta Patrimonial de Petrópolis de 1987, o define como localidade que permeia paisagens tanto naturais como construídas junto com a vivência dos habitantes. Neste caso específico, o conjunto expressivo em questão é a Arquitetura Déco Sertanejo.

As proposições das diretrizes urbanas para a região do Centro Histórico do Município serão dispostas no Plano Diretor Municipal de Presidente Prudente na Lei Complementar 152/2008 na seção de licenciamento de obras e serviços, visando a reestruturação urbana do Centro Histórico de Presidente Prudente. De acordo com o conjunto expressivo da Arquitetura Déco Sertanejo, seria feita por meio de instrumentos previstos na Carta de Restauo (1972):

- " Plano de desenvolvimento geral, que reestruturem as relações entre o centro histórico e o território e entre o centro histórico e a cidade em seu conjunto;
- planos parciais relativos à reestruturação do centro histórico em seus elementos mais significativos;
- planos de execução setorial, referentes a uma edificação ou a um conjunto de elementos reagrupáveis de forma orgânica"

A quarta proposta é relacionada com a Educação Patrimonial, prevista nas Cartas Patrimoniais de Atenas (1931), Recomendação Paris Paisagens e Sítios (1962), Recomendação de Paris (1964), Compromisso de Brasília (1970) e Declaração de São Paulo II (1996).

A previsão da Educação Patrimonial nos currículos de todos os níveis promovendo cursos de identificação, reconhecimento e registro visando a disseminação do conhecimento objetivando o desenvolvimento da consciência patrimonial na população. Tal proposta seria disposta no Plano Diretor do Município de Presidente na Lei Complementar 151/2008 na seção de política de educação.

A quinta proposição visa a preservação do registro por meio do desenvolvimento e ampliação do sistema armazenamento físico e em nuvem, à fim de evitar com que os dados sejam roubados ou extintos e devidamente compartilhados entre a população provendo a disseminação do conhecimento de forma democrática. Sendo prevista realização de proteção contra incêndio.

A primeira metodologia seria através do armazenamento físico, pela seleção de localidade mais apropriada. Podendo ser escolhidos entre um dos imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo, depósitos da Prefeitura, seção do Museus do Município ou a biblioteca de uma das Universidades.

O segundo método de armazenamento seria por meio de nuvem, de forma que os arquivos ficariam disponíveis em distintas plataformas, permitindo distintos acessos. Sendo nas Universidades, o acesso disponível para edição pelos estudantes que estivessem vinculados à pesquisa. Enquanto por outras plataformas, estaria aberto o acesso à informação de qualquer localidade.

A penúltima proposta cria dois Conselhos, um junto com a Secretaria da Cultura - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e o segundo, Conselho de Financiamento junto com a Secretaria da Habitação.

Os Conselhos de Defesa do Patrimônio Cultural e Conselho do Financiamento, objetivam, respectivamente, a fiscalização de todo o processo de registro e da preservação dos imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo e o custeamento de eventuais obras em edifícios tombados, além do direcionamento de fundos para instituições que realizem o armazenamento físico do inventário e também para convênios entre Universidades e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Promovendo assim, o registro e preservação do patrimônio.

O produto final do Trabalho Final de Graduação II, consiste no desenvolvimento de um mapa cultural de identificação, que também se trata de uma diretriz visando futura complementação. Promovendo a valorização cultural e registro dos imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo no Município.

O mapa cultural partiu dos mapas ao lado nos quais temos as representações em figura fundo dos bairros adjacentes ao centro histórico e a delimitação do mesmo. Sendo ambos representados de forma que a densificação das edificações presentes fossem destacadas em relação aos vazios dos terrenos. (figura 105)

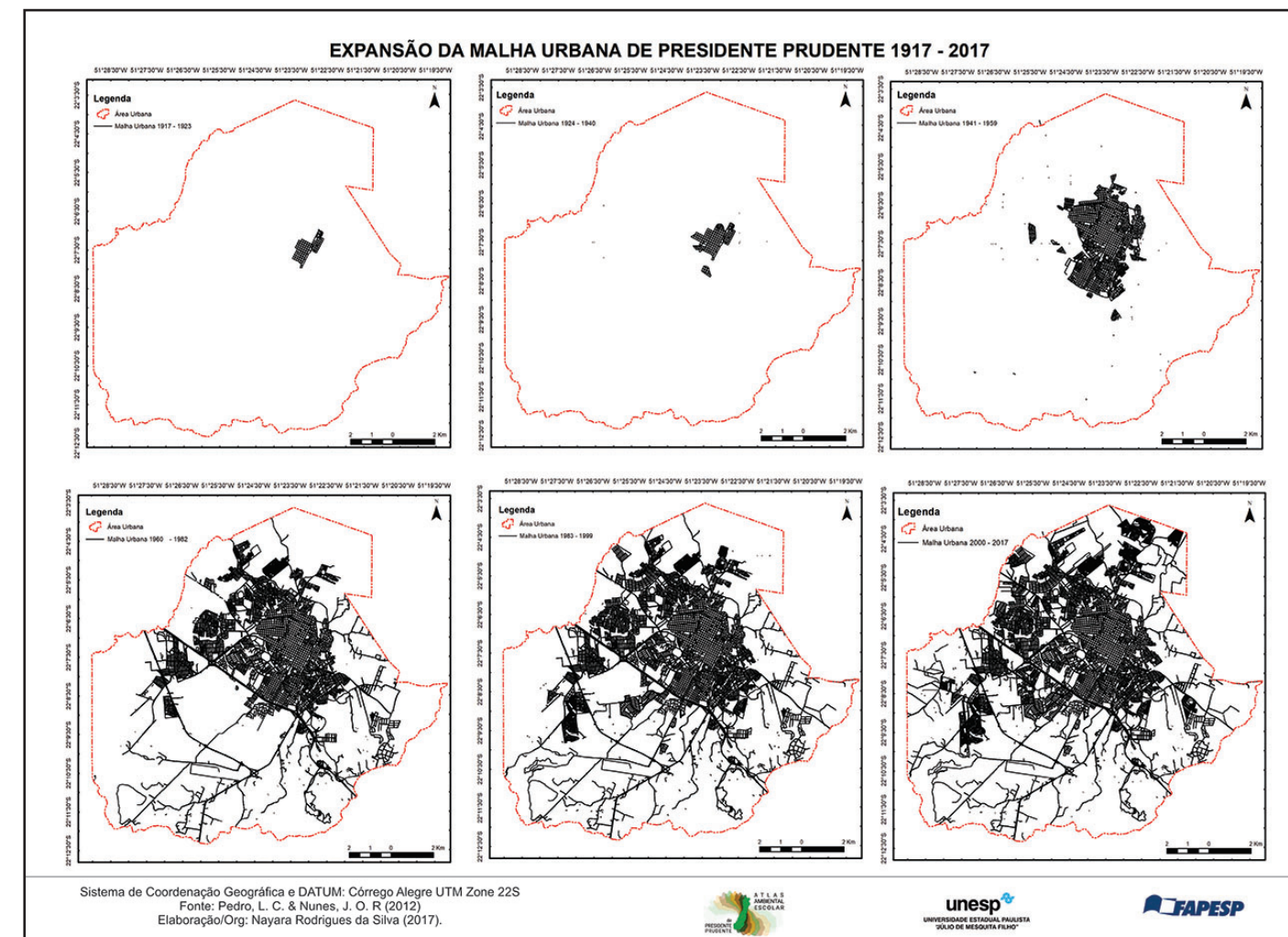
Por fim, no anexo D, temos o mapa cultural de identificação dos imóveis de Arquitetura Déco Sertanejo presentes no Centro Histórico de Presidente Prudente - SP. Além da representação de um possível caminho para o descobrimento da arquitetura em questão. Permitindo o descobrimento e novo olhar para a arquitetura. Visando a preservação do patrimônio e a ampliação do acesso a cultura no município.



Figura 105: Delimitação dos imóveis com destaque ao centro histórico; e entorno.

Fonte: Google Maps Style, editado pela autora, 2018.

ANEXOS



Anexo A - Mapa de expansão da malha urbana no município de Presidente Prudente

DECRETO ESTADUAL 13.426, DE 16/03/79

O Decreto Estadual nº 13.426/79 foi revogado pelo de nº 20.955, de 1º de junho de 1983, exceto quanto aos Artigos 134 a 149 que permanecem em vigor por força do Artigo 158 do Decreto 50.941/06:

“Artigo 158 - Os bens que compõem o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado serão defendidos e preservados pelo processo de tombamento nos termos da legislação federal pertinente, bem como na forma prevista neste decreto e nos Artigos 134 a 149 do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979.”

SEÇÃO IV
Do Processo de Tombamento

Artigo 134 - Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados ou alterados, nem sem prévia autorização do Conselho, reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa a ser imposta pelo mesmo Conselho, de até 20% (vinte por cento) do respectivo valor, neste incluído o do terreno, se for o caso, e, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis ao infrator.

§ 1º - Na hipótese de alienação onerosa dos bens referidos neste Artigo, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de Direito Privado, a União, o Estado e os Municípios terão nessa ordem, direito de preferência para aquisição, obedecido o processo estabelecido para a espécie pelo Decreto Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.

§ 2º - A alienação gratuita, a cessão de uso, a locação ou a remoção de qualquer bem tombado, deverá ser comunicada ao Conselho com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Os bens tombados, pertencentes ao Estado e aos Municípios só poderão ser alienados ou transferidos de uma para outra dessas entidades, comunicado o fato ao Conselho.

§ 4º - No caso de transferência da propriedade do bem imóvel tombado, inclusive por sucessão <causa mortis>, competirá ao

Anexo B - Decreto 13.426/79 - Processo de Tombamento

serventuário do Registro de Imóveis competente efetuar <ex-officio>, as respectivas averbações, das quais dará ciência ao Conselho.

§ 5º - Os bens tombados ficam sujeitos à inspeção periódica do Conselho.

§ 6º - Na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem tombado, o respectivo proprietário deverá comunicar a ocorrência ao Conselho dentro de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 20% do valor do bem.

Artigo 135 - Não poderão ser tombadas as obras de origem estrangeira pertencentes a representações diplomáticas ou consulares, empresas estrangeira, casas de comércio ou que também tenham vindo do exterior para exposição ou certames.

Artigo 136 - O proprietário que não dispuser de recurso para proceder a obras de conservação e reparação de que o bem tombado necessite, deverá comunicar a circunstância ao Conselho, sob pena de multa aplicada pelo Conselho, observado o disposto no Artigo 6º do Decreto Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969.

§ 1º - Recebida a comunicação, o Conselho mandará executar as obras necessárias.

§ 2º - Omitindo-se o Conselho quanto às providências referidas no parágrafo anterior, assistirá o proprietário o direito de pleitear o cancelamento do tombamento.

§ 3º - O Conselho poderá projetar e executar obras de conservação de bens tombados independentemente de comunicação ou anuência do proprietário, uma vez comprovada a urgência das mesmas.

Artigo 137 - Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação.

***Redação alterada pelo Decreto 48.137, de 07.10.2003 – ver final do Decreto**

Artigo 138 - Nenhuma obra - construção e loteamentos ou a instalação de propagandas-painéis, dísticos-cartazes, ou semelhantes

- poderá ser autorizada ou aprovada pelos Municípios em zonas declaradas de interesse artístico estadual ou na vizinhança de bens tombados, desde que contrariem padrões de ordem estética fixados pelo Governo do Estado

§ 1º - A fixação dos padrões referidos neste Artigo será objeto de decreto, por proposta do Conselho por meio da Secretaria da Cultura.

§ 2º - O estabelecimento das zonas de interesse turístico estadual far-se-á por decreto, na forma prevista no parágrafo anterior, ouvidos os municípios cuja área foi no todo ou em parte, abrangida por essa zona.

Artigo 139 - O tombamento se efetiva por Resolução do Secretário da Cultura e posterior inscrição do bem tombado no livro próprio.

Artigo 140 - Para o tombamento dos bens móveis e imóveis o Conselho manterá os seguintes Livros de Tombo:

- I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
- II - Livro do Tombo das Artes Aplicadas;
- III - Livro do Tombo das Artes;
- IV - Livro do Tombo das Artes Populares;
- V - Livro do Tombo Histórico.

§ 1º - No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico serão inscritos os bens de valor arqueológico e etnográficos e os monumentos naturais paisagísticos.

§ 2º - No Livro do Tombo das Artes Aplicadas as obras que se incluírem na categoria de artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 3º - No Livro do Tombo das Artes as obras nacionais ou estrangeiras de valor pictórico, escultórico e arquitetônico.

§ 4º - No Livro de Tombo das Artes Populares, os bens relacionados com as manifestações folclóricas, características de épocas e regiões do País e do Estado.

§ 5º - No Livro de Tombo Histórico, os objetos de interesse histórico e as obras de arte histórica.

Artigo 141 - O tombamento dos bens pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de Direito Privado, inclusive ordens de instituições religiosas, far-se-á voluntária ou compulsoriamente e, no caso de

bem móvel, os atos respectivos serão averbados no Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 142 - O tombamento de bens inicia pela abertura do processo respectivo por solicitação do interessado ou por deliberação do Conselho, tomada <ex-officio>

Parágrafo Único - A deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo assegura a preservação do bem até decisão final da autoridade, pelo que o fato será imediatamente comunicado à autoridade policial sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa para os devidos fins.

Artigo 143 - Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes notificados, para, se o quiserem, contestar a medida no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Não ocorrendo contestação, será o tombamento submetido à aprovação do Secretário da Cultura e uma vez publicada a Resolução no <Diário Oficial> imediatamente inscrito no Livro do Tombo;

§ 2º - Contestada a proposta, o Conselho se manifestará, encaminhando o processo à apreciação final do Secretário.

§ 3º - Da decisão do tombamento em que houve impugnação caberá recurso ao Governo do Estado.

Artigo 144 - O tombamento de bens pertencentes ao Estado ou aos Municípios ser fará compulsoriamente comunicada, obrigatoriamente, a iniciativa da medida ao órgão interessado.

Artigo 145 - Serão sumariamente arquivadas as propostas de tombamento não sejam devidamente instruídas e justificadas.

Artigo 146 - A abertura do processo tombamento, quando da iniciativa do proprietário, ou notificação deste nos demais casos, susta desde logo, qualquer projeto ou obra que importe em mutilação, modificação ou destruição dos bens em exame.

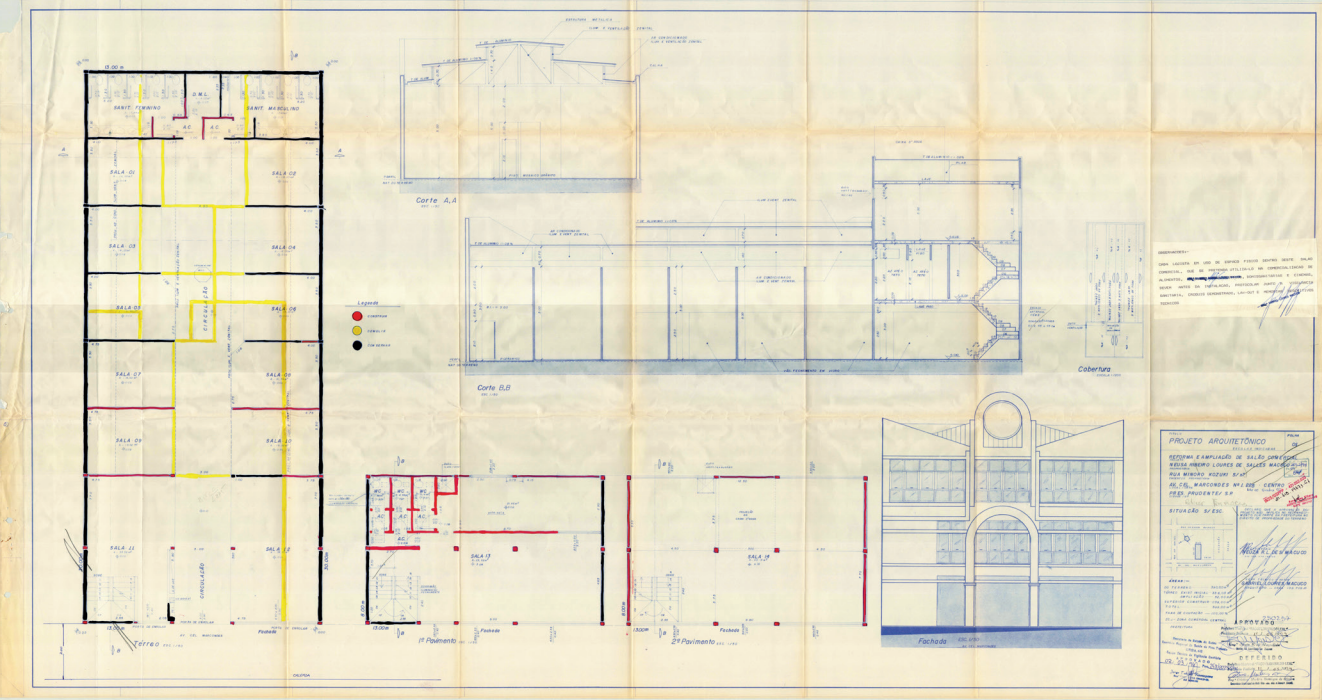
Artigo 147 - Para as transgressões das obrigações impostas por este Decreto, para as quais não será prevista penalidade específica, o

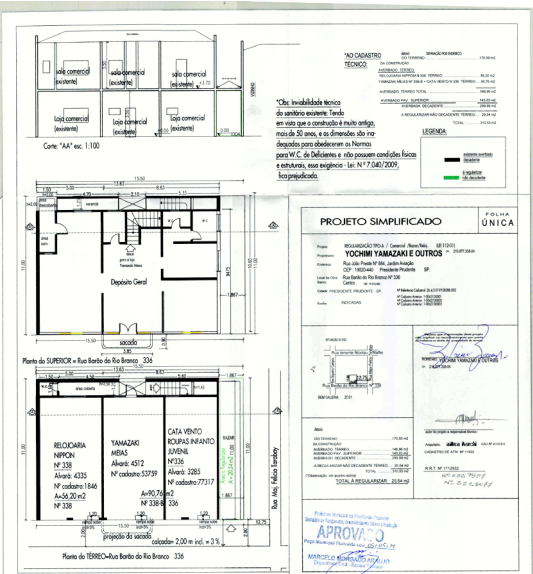
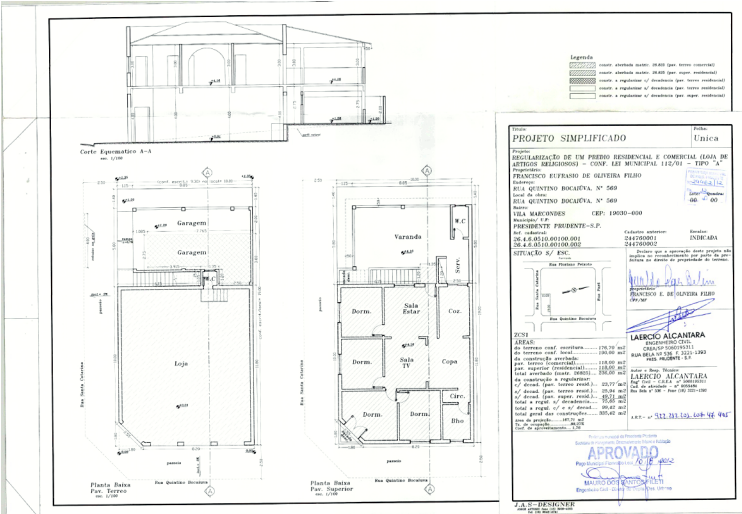
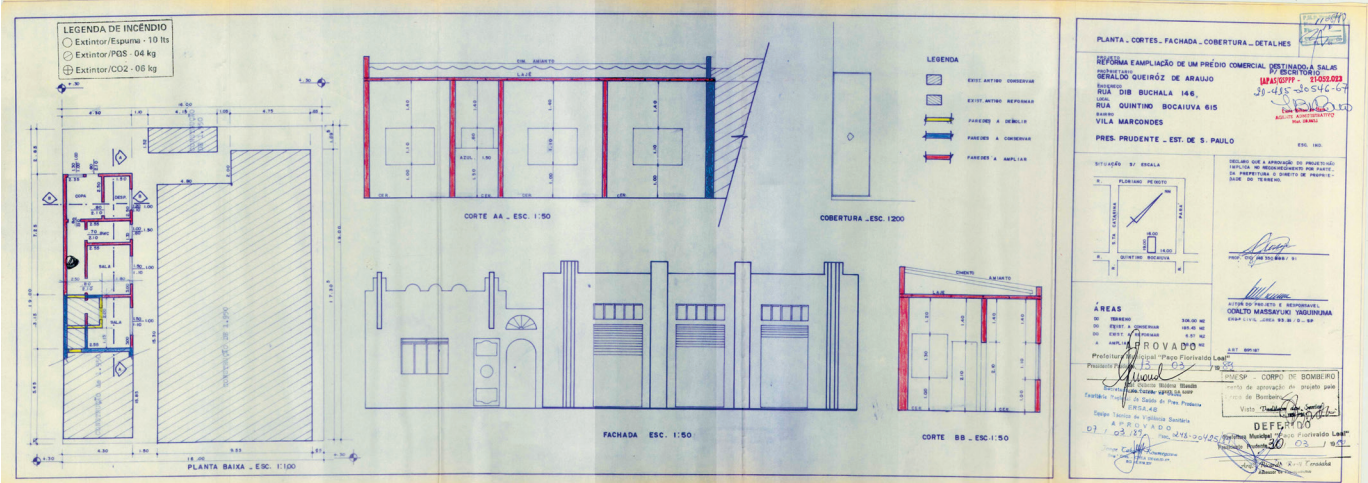
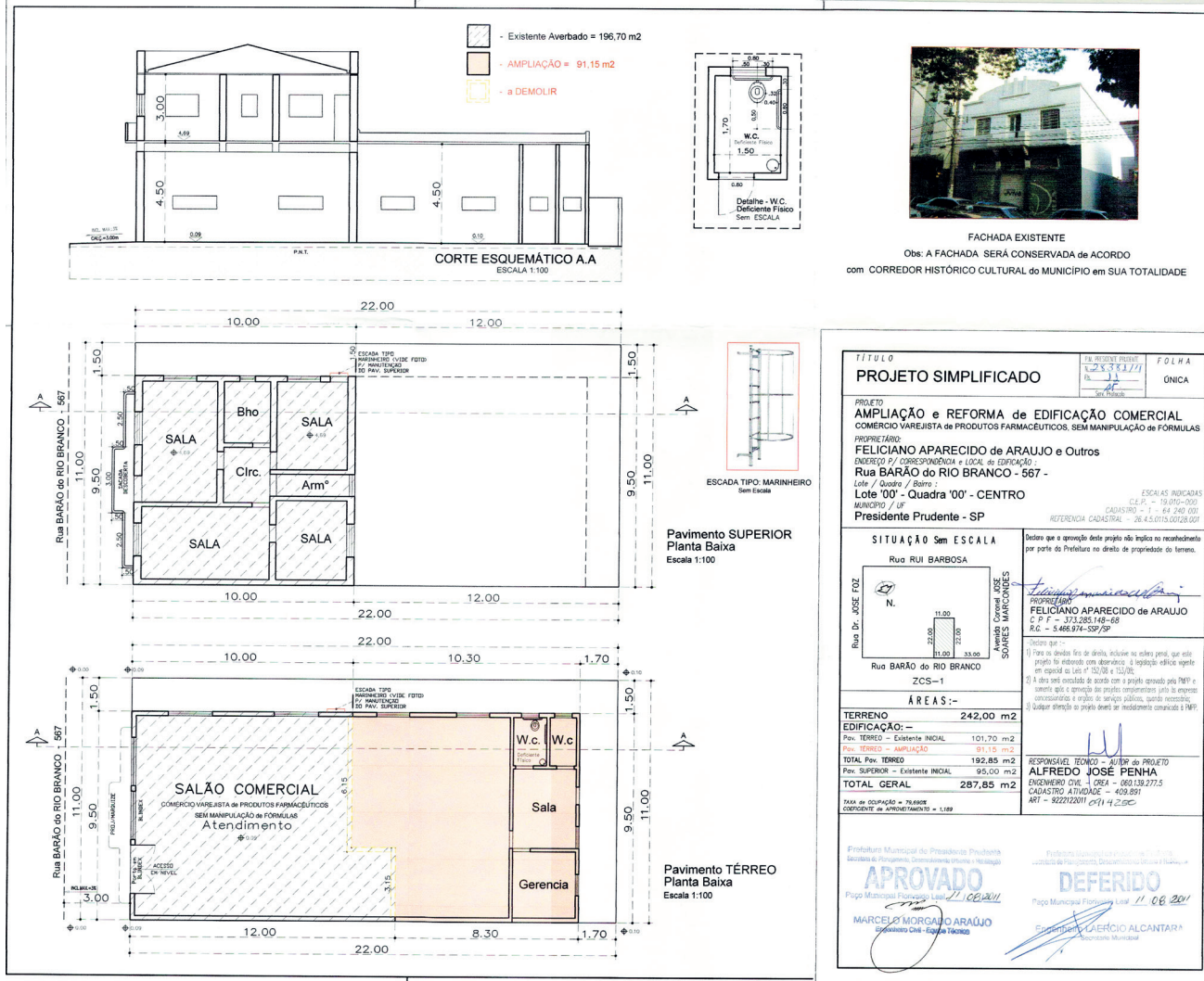
Conselho poderá aplicar multas no valor de 1 (hum) a 20% (vinte por cento) do bem tombado sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade funcional, criminal ou civil.

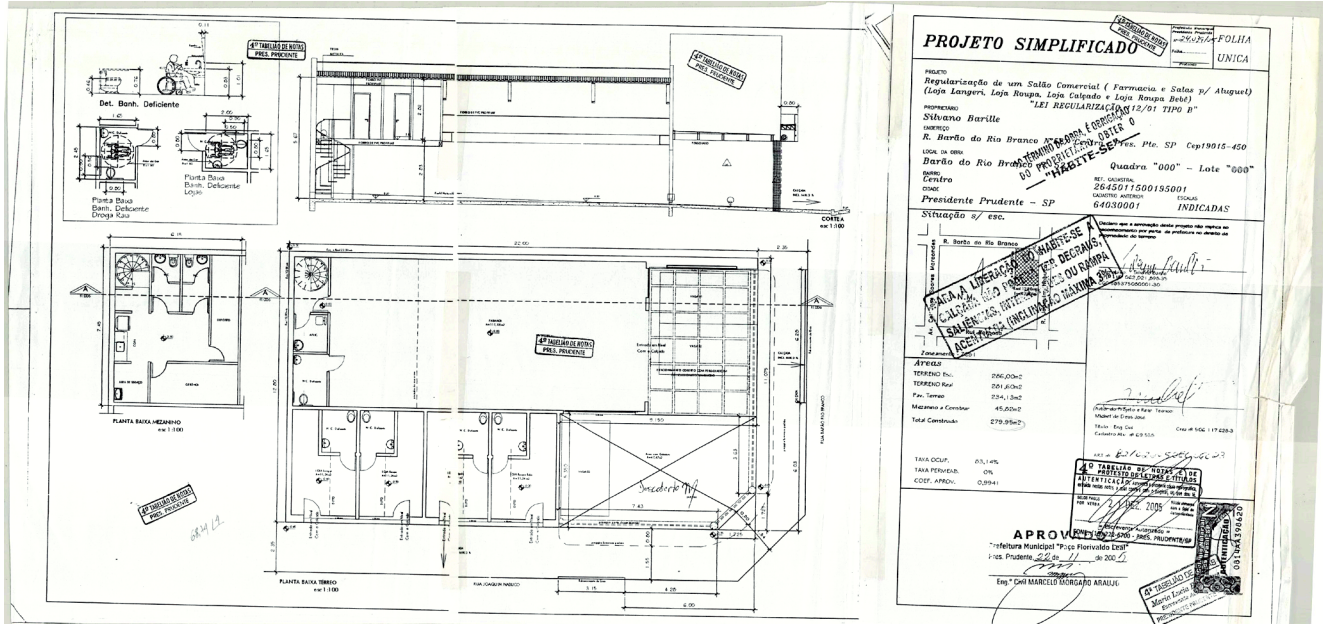
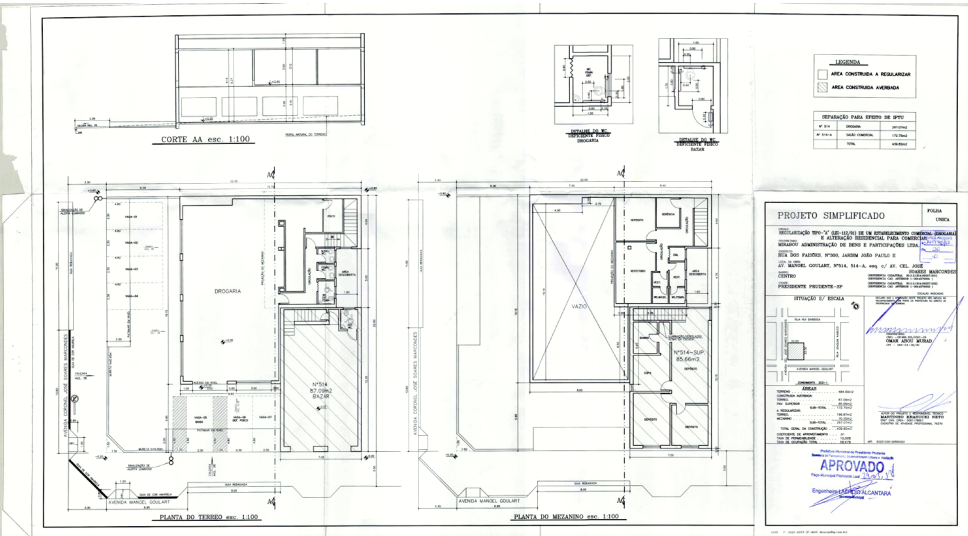
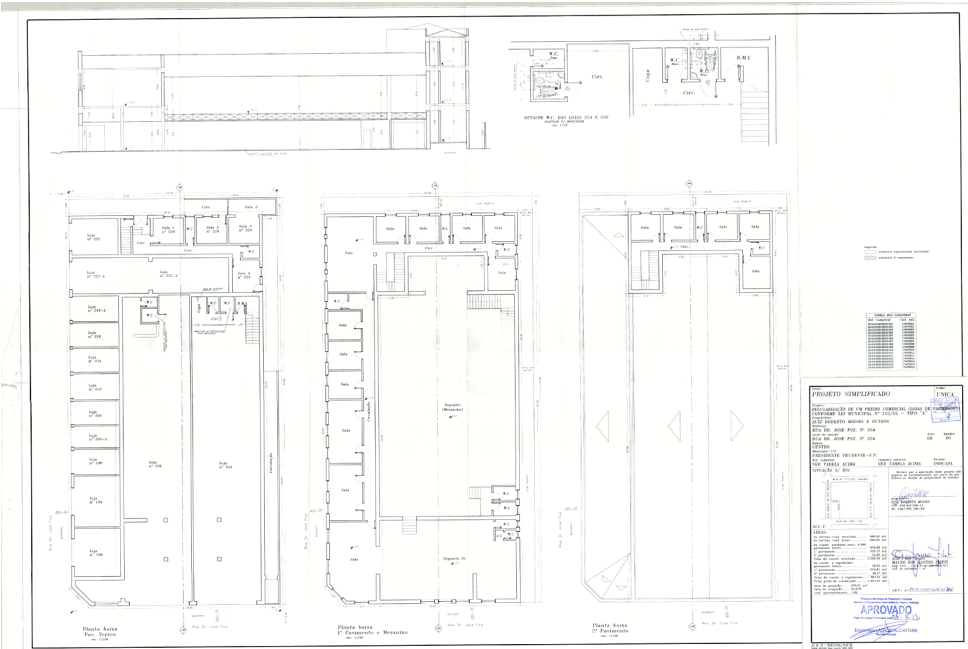
Artigo 148 - O Conselho divulgará em publicação oficial, anualmente atualizada a relação dos bens tombados do Estado.

Artigo 149 - Os bens tombados na área do Estado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional serão inscritos nos Livros do Tombo respectivos, a fim de se beneficiarem com obras e iniciativas do Conselho respeitada a legislação federal aplicável à espécie.

Anexo C - Plantas da Prefeitura dos imóveis de
Arquitetura Déco Sertanejo







MAPA CULTURAL

da Arquitetura Déco Sertanejo

no Centro Histórico de Presidente Prudente

clique para visualizar o mapa



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Diores Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Presidente Prudente : Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

BAPTISTA, Andreza. Inventário Arquitetônico - Importância e desdobramentos na Fiocruz. In: **IV Cirmare - Congresso Internacional na "Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios"**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015, p. 1-11.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BLANCO, Giovanni; CAMPOS NETO, Candido Malta. Redescobrimo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense. **Arquitextos**, São Paulo, ano 03, n. 032.08, Vitruvius, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.032/719>> Acesso em: 05 abr. 2018.

CHASTEL, A. A invenção do inventário. **Revue de l'Art.** Paris, CNRS, n. 87, 1990.

CORREIA, T. B. O Art Déco na Arquitetura. **Dossiê Art Déco**, Goiás, n.8, p. 14-18, jul. 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FILHO, C. C. M. M.; GRAÇAS, R.F. **A estética Art Déco e a arquitetura estatal Era Vargas em Aracaju**. Ciências Humwanas e Sociais Unit. Aracaju, v.2, n.2, p.99-123, out. 2014.

HOBSEBAWN, E. **A Era dos Extremos**: O breve Século XX. 1941-1991. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. v.2.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta de Atenas**. 1931.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta de Atenas**. 1933.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta de Petrópolis**. 1987.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta de Veneza**. 1964.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta do Restauro**. 1972.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Compromisso de Brasília**. 1970.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Compromisso de Salvador**. 1971.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Declaração São Paulo II**. 1996.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Recomendação Paris**. 1964.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Recomendação Paris Paisagens e Sítios**. 1962.

PRESIDENTE PRUDENTE. Lei Complementar nº. 151 (2008). **Plano Diretor do Município de Presidente Prudente**.

PRESIDENTE PRUDENTE. Lei Complementar nº. 152 (2008). **Plano Diretor do Município de Presidente Prudente**.

PRESIDENTE PRUDENTE. Lei Complementar nº. 153 (2008). **Plano Diretor do Município de Presidente Prudente**.

ROSSI, L. M. **Art Déco Sertanejo e uma revitalização possível:** Programa Campina Grande Déco. Dossiê Art Déco, Goiás, n.8, p. 28-34, jul. 2010.

ROSSI, Lia Monica; SOUZA José Marconi Bezerra de. Art Déco Sertanejo: Proposta de análise morfológica e sintática de elementos geométricos de fachadas populares nordestinas. In: Proceedings of the 6th Information Design International Conference, 6, 2014, São Paulo. **Anais do 6º Congresso Internacional de Design da Informação, 5º InfoDesign Brasil, 6º CONGIC.** São Paulo: Blucher, 2014, p.1-15

ROSSI, Lia Monica; SOUZA, José Marconi Bezerra de. Art Déco Sertanejo: inspiração para um design brasileiro? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 10, São Luís. **Anais do X Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design.** São Luís, EDUFMA, 2012. p. 1033-1052.

SÃO PAULO. Constituição (1989). **Constituição do Estado de São Paulo.** Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 6 out. 1989.

SÃO PAULO. Decreto (1979). **Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979.** Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 16 mar. 1979.

SILVA, A. F. Pernambuco falando para o Nordeste e para o mundo: O Art Déco e a arquitetura da radiodifusão. **Dossiê Art Déco,** Goiás, n.8, p 51-54. jul. 2010.

SILVA, Aline de Figuerôa. Comunicação, diversão e oração: Documentação e conservação do acervo art déco no interior de Pernambuco. In: DOCOMOMO, 3, 2010, João Pessoa. **MORTE E VIDA SEVERINAS: Das ressurreições e conservações (im)possíveis do patrimônio moderno no Norte e Nordeste do Brasil.** João Pessoa, 2010, p. 1-25.

TENÓRIO, Luciene de Almeida. Documentação da arquitetura moderna no interior de Pernambuco, 1030-1980: A estação ferroviária de Caruaru. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, 4, 2016, Belo Horizonte. **Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural.** Belo Horizonte. 2016.

WEIMER, G. O conceito de Art Déco. **Dossiê Art Déco,** Goiás, n.8, p. 9-13, jul. 2010.

YAMAKI, Humberto. **Caráter de edificações históricas:** elementos de identificação. Londrina, Edições Humanidades, UEL, 2008.

